

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026****COMPRASNET Nº 90041/2026****(Processo Administrativo nº 2507/2026)****(Processo Licitatório nº 106/2026)**

TORNA-SE PÚBLICO que a **PREFEITURA DE FERNANDÓPOLIS**, sediada na Rua Porto Alegre, 350 – Jardim Santa Rita – Fernandópolis/SP, **REALIZARÁ LICITAÇÃO**, na **MODALIDADE PREGÃO**, na **FORMA ELETRÔNICA**, com **CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR PREÇO POR ITEM** nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, conforme as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, que integram o presente ato convocatório.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor(a) designado(a), denominado(a) Pregoeiro(a), devidamente designados(as) pelas Portarias nºs 22.776, de 18 de junho de 2025 e 22.777, de 18 de junho de 2025, e suas eventuais alterações. O servidor(a) terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela sua equipe responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.

A gestão contratual será exercida pelos gestores e fiscais de contratos, devidamente designados pela Portaria nº 22.745, de 09 de junho de 2025, e suas eventuais alterações, sendo que as apurações de responsabilidade contratual que se fizerem necessárias serão conduzidas pela Câmara Permanente Processante de Apuração de Responsabilidade Contratual – CPPARC, nos termos da Lei Complementar nº 262, de 04 de abril de 2024.

IMPUGNAÇÃO/ESCLARECIMENTO SOBRE O EDITAL: As dúvidas e esclarecimentos acerca do presente Edital, bem como as impugnações, deverão ser



encaminhadas eletronicamente através do Site do Município. Para isso, o licitante deverá acessar o site oficial da Prefeitura de Fernandópolis, disponível no endereço <https://www.fernandopolis.sp.gov.br>. Na página inicial, em "Serviços Principais", deve-se clicar no link "GESTÃO SEM PAPEL". O usuário deverá clicar em "Protocolo" e depois em "POUPATEMPO", na página 4 das opções "Pedidos de Esclarecimento e Impugnação de Editais de Licitação (Lei Federal nº 14.133/2021), fazer o login no Sistema FlowDocs e Protocolar. As respostas às dúvidas ou impugnações serão divulgadas no Portal de Compras do Governo Federal, disponível em www.gov.br/compras/pt-br, e no site oficial da Prefeitura de Fernandópolis, no endereço www.fernandopolis.sp.gov.br.

DATA E HORA DE INÍCIO DAS PROPOSTAS:	08h00 do dia 24/06/2026 (Horário de Brasília - DF).
DATA E HORA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO/ESCLARECIMENTO:	23h59 do dia 03/07/2026 (Horário de Brasília - DF).
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:	08h29 do dia 08/07/2026 (Horário de Brasília - DF).
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA:	08h30 do dia 08/07/2026 (Horário de Brasília - DF).
LOCAL:	Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras/pt-br CÓDIGO DA UASG NO COMPRASNET: 986411
MODO DE DISPUTA:	Aberto.

1. DO OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS ÀS UNIDADES ESCOLARES, COM RECURSOS PROVENIENTES DO PRÊMIO EXCELÊNCIA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – DEMANDA: 094490, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em ITENS, sendo este(s) último(s) formado(s) por dois ou mais itens, conforme tabela constante no item 1.1. do Termo de Referência (Anexo II).



1.2.1. Relativamente ao(s) item(s) isolado(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do ITEM, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Esta licitação será destinada exclusivamente à participação de microempresas (ME's) e empresas de pequeno porte (EPP's), pois o valor total estimado da contratação é inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

2.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.9. Não poderão disputar esta licitação:

2.9.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

2.9.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação.

2.9.3. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

2.9.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

2.9.4.1. O impedimento de que trata o acima será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

2.9.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

2.9.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.9.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

2.9.9. Pessoas físicas, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar (Anexo I).

2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.10.1. A vedação de que trata o item acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não possui caráter sigiloso, encontrando-se devidamente consignado no Termo de Referência (Anexo II).

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

4.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

4.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica.

4.6.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior.

4.6.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei.

4.6.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei.

4.6.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei.

4.6.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo.

4.6.7 Que participe do capital de outra pessoa jurídica.

4.6.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar.

4.6.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores.

4.6.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.6.11. Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 e 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor total para cada item, em moeda corrente nacional.

5.1.2. Marca.

5.1.3. Fabricante.

5.1.4. Quantidade cotada.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante deverá apresentar proposta contemplando a totalidade do quantitativo do item, sendo vedada a oferta em quantitativo inferior.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.6. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência (Anexo II), assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência (Anexo II).

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1,00 (um real)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após

decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

6.18.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.18.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, ao objeto produzido por:

6.20.1. Empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo.

6.20.2. Empresas brasileiras.

6.20.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

6.20.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.133/2021, da legislação correlata e dos demais impedimentos previstos no item 2 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça sua participação na licitação ou a futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf.

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro poderá verificar se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1. Contiver vícios insanáveis.

7.8.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

7.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.

7.8.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

7.8.5. Não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

7.8.6. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.10.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta.

7.10.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor demandante.

7.15. O Pregoeiro realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

7.16. O Pregoeiro concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação.

8. DA FASE DA HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.2. Em relação ao consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.2.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por outro meio idôneo que assegure a veracidade das informações.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido pela Prefeitura de Fernandópolis, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

8.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.10. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo MÍNIMO DE DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12. Encerrado o prazo para envio da documentação, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até DUAS HORAS, para:

8.12.1. A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame.

8.12.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12.3. Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante.

8.12.4. Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.13. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade

jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

9.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço eletrônico constante neste Edital.

10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

10.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

10.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

10.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat").

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará e homologará a licitação.

12. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

12.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

12.2. O adjudicatário terá o prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante a Prefeitura de Fernandópolis para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

- a) Encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR).
- b) Disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente.
- c) Outro meio eletrônico.

12.4. O Aceite do Pedido de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

12.4.1. Referido instrumento está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021.

12.4.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital.

12.4.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

12.5. Os prazos dos itens 12.2 e 12.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

12.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

12.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

13.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato.

13.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame.

13.1.3. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

13.1.4. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta.

13.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

13.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa.

13.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

13.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

13.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

13.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

13.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por escrito.

b) Multa.

c) Impedimento de licitar e contratar.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

13.5. Serão publicadas na Imprensa Oficial da Prefeitura de Fernandópolis, as sanções administrativas previstas no ITEM 13.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13.6. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

13.6.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

a) PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato.

b) PRÁTICA FRAUDULENTA: A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato.

c) PRÁTICA CONCERTADA: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos.

d) PRÁTICA COERCITIVA: Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) PRÁTICA OBSTRUTIVA: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação ao Edital e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por meio eletrônico, exclusivamente por intermédio da plataforma indicada no preâmbulo deste Edital.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

14.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no sítio eletrônico oficial do Município de Fernandópolis, no endereço: <https://www.fernandopolis.sp.gov.br/>.

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA.

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO.

Fernandópolis-SP, 23 de junho de 2026.

JOAO PAULO SALES CANTARELLA
Prefeito Municipal de Fernandópolis



2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A presente contratação não está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício de 2026, tendo em vista que a necessidade de aquisição decorre de fato superveniente à sua elaboração, consistente no recebimento de recursos oriundos da **Premiação do Prêmio Excelência Educacional do Estado de São Paulo**.

Trata-se de recurso de natureza vinculada, destinado especificamente ao fortalecimento das condições pedagógicas das unidades escolares, cuja disponibilização ocorreu em momento posterior à consolidação do PCA, impossibilitando sua previsão prévia.

Dessa forma, a contratação justifica-se pela necessidade de adequada aplicação do recurso recebido, em observância aos princípios da eficiência, do interesse público e da boa gestão dos recursos públicos.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Catálogo Eletrônico de Padronização de Compras

Em atenção ao dever de padronização e otimização das especificações técnicas, A CONTRATAÇÃO OBSERVARÁ O CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DE COMPRAS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL, disponibilizada e gerenciada pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, para os itens e códigos da tabela constante no tópico 4 deste Estudo Técnico Preliminar.

Natureza do Bem

Certifica-se que ESTE OBJETO SE TRATA DE BEM COMUM, pois é um objeto cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em edital por meio de especificações usuais de mercado e é utilizado amplamente por outros órgãos da Administração Pública, não se caracterizando como bem de natureza singular.

Bem de Luxo

Certifica-se que ESTE OBJETO NÃO SE TRATA DE BEM DE LUXO, porque as especificações técnicas e o padrão de qualidade dos bens a serem adquiridos atendem estritamente aos requisitos funcionais essenciais para a satisfação da necessidade pública, não incluindo características, acessórios ou materiais supérfluos que elevem desnecessariamente o seu valor.

Garantia do Produto

Os produtos a serem adquiridos deverão observar os seguintes prazos de garantia:





- Para os itens 2, 6, 7 e 10, será exigida **garantia mínima de 12 (doze) meses**, contados a partir do recebimento definitivo, abrangendo defeitos de fabricação e funcionamento, com substituição ou reparo sem ônus para a Administração.
- Para os demais itens não contemplados com garantia contratual específica, será aplicada a **garantia legal mínima de 90 (noventa) dias**, conforme previsto no Código de Defesa do Consumidor.

Durante o período de garantia, a contratada será responsável pela substituição, reparo ou correção de quaisquer defeitos, vícios ou falhas de funcionamento apresentados pelos produtos, sem ônus adicional para a Administração, incluindo custos com transporte, retirada e devolução dos itens.

A exigência de garantia mínima justifica-se pela necessidade de assegurar a durabilidade, a qualidade e o adequado funcionamento dos bens adquiridos, reduzindo riscos de prejuízos à Administração e garantindo a continuidade das atividades nas unidades escolares.

Indicação de Marca

Para esta contratação NÃO SERÁ INDICADA MARCA ESPECÍFICA, porquanto a utilização de marcas, modelos ou tipos específicos não se enquadra nas hipóteses de excepcionalidade previstas no Art. 41, I, da Lei nº 14.133/2021, garantindo a ampla competitividade do certame.

Vedação de Marca

Para esta contratação NÃO SERÁ VEDADA MARCA ESPECÍFICA, à medida que não há histórico comprovado ou evidência técnica que justifique a exclusão de nenhum fornecedor ou produto, garantindo a ampla competitividade e a isonomia.

Participação de Pessoas Físicas

Em observância aos objetivos da isonomia e da justa competição, e considerando a natureza estrutural da aquisição em tela, A PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS neste processo de contratação NÃO SERÁ ADMITIDA, tendo em conta que a execução do contrato exige estrutura logística, capital de giro e capacidade de fornecimento em volume incompatíveis com a natureza profissional e a capacidade individual da pessoa natural. Adicionalmente, a contratação demanda uma estrutura de reposição/substituição rápida em caso de não conformidade, o que pressupõe uma organização empresarial estável e contínua. Desta forma, a vedação da Pessoa Física é necessária para assegurar a segurança jurídica e a economicidade da contratação, garantindo que o fornecedor possua a estrutura mínima para arcar com todas as obrigações de entrega e garantia do objeto.






Processo 2507/2026. Assinado por 2 pessoas: JACIARIBEIRO, LUIZ GONÇALVES MARIA CRISTINA TOMAZ CANADA



4	GUILHOTINA MANUAL PARA PAPEL OFÍCIO 36CM EM AÇO PARA 20 FOLHAS Características: - Área de corte 360 mm (corta até o tamanho ofício) ou superior; - Área da mesa 340 x 393 mm ou superior; - Capacidade de corte: até 20 folhas de papel (de 75g/m ² cada); - Mecanismo de corte: manual; - Facão afiado; - Base de corte sólida pintada eletrostaticamente; - Indicador de medida milimétrica.	327908	UND	1
5	KIT LIXEIRA SELETIVA Kit de lixeiras para coleta seletiva, composto por 5 unidades, com capacidade mínima de 60 litros cada, fabricadas em material plástico resistente (polietileno ou similar), com suporte/estrutura para fixação ou acomodação conjunta, identificadas por cores padrão da coleta seletiva (azul, vermelho, verde, amarelo e marrom ou cinza), destinadas à separação de resíduos	368120	CJ	2
6	CARRINHO DE LIMPEZA PROFISSIONAL FUNCIONAL Carro/ Carrinho funcional completo. Fabricado em polipropileno. Incluso saco de vinil com capacidade mínima para 90 Litros. Medidas aproximadas: Carro: 120 x 46 x 100 cm (CxLxA). Acessórios: um balde espremedor de no mínimo 24 Litros; uma pá plástica para lixo; uma placa de sinalização de piso molhado; um conjunto MOP pó de no mínimo 60cm com cabo em alumínio; um conjunto MOP úmido de no mínimo 320 g com cabo em alumínio. Garantia mínima de 12 (doze meses). IMAGEM SIMILAR AO QUE SE PRETENDE ADQUIRIR	330346	UND	1





				
7	HD 4TB Disco rígido (HD) para sistemas de CFTV, novo, de primeiro uso e em linha de fabricação, com capacidade mínima de 4 TB, projetado especificamente para operação contínua 24 horas por dia, 7 dias por semana (24/7), compatível com gravadores DVR/NVR, interface SATA III (6 Gb/s) ou superior, rotação e cache adequados para gravação simultânea de múltiplos canais de vídeo, tecnologia otimizada para streaming de vídeo e gravação contínua, baixa taxa de falhas, controle de vibração e ruído, compatível com sistemas de vigilância por longo período, atendendo às normas técnicas aplicáveis, e garantia mínima de 12 meses	464719	UND	1
8	TELEFONE SEM FIO Aparelho telefônico de mesa, sem fio. Funções: Flash, Redial, Rediscar/Mute/Mudo. Cor preta, mínimo 3 níveis de campainha.	465497	UND	1
9	MICROFONE S/ FIO Microfone Tipo: Sem Fio, Alimentação: Pilha, Resposta Frequência: 60hz - 18 KHZ, Alcance: 50 M, Aplicação: Auditório.	469422	UND	1
10	FURADEIRA Furadeira, martetele e parafusadeira elétrica, 750 w ou superior, com acessórios. (Brocas e chaves compatíveis); tensão de alimentação: 127 garantia mínima de 12 meses; diâmetro mandril 3/4"	600708	UND	1





11	VÍDEO PORTEIRO COM FECHADURA ELETRÔNICA- 3 peças, voltagem 127/220, 1 botão, câmera externa com visão noturna, monitor mínimo 7 polegadas, viva voz, com sistema de acionamento de fechadura, auto falante, visor tela a cor.	480668	UND	1
12	CAIXA ACÚSTICA ATIVA <ul style="list-style-type: none"> Tipo: Ativa (amplificada) Potência mínima: 300 W RMS Alto-falante: 15 polegadas (graves) Driver: Titânio para altas frequências Resposta de frequência: Compatível com uso profissional Equalização: Mínimo 3 vias Recursos: <ul style="list-style-type: none"> Compressor/limitador interno Controle de volume independente Entradas: <ul style="list-style-type: none"> XLR e P10 (microfone/linha) Entrada auxiliar estéreo Saídas: <ul style="list-style-type: none"> Saída de linha Saída amplificada para caixa passiva compatível Alimentação: Bivolt automático (127/220 V) Gabinete: <ul style="list-style-type: none"> Material resistente (plástico injetado ou madeira) Alças para transporte Encaixe para pedestal (35 mm) 	620906	UND	2
13	CAIXA ACÚSTICA PASSIVA <ul style="list-style-type: none"> Tipo: Passiva Potência mínima: 150 W RMS Alto-falante: 15 polegadas Driver de altas frequências Impedância: Compatível com a caixa ativa (4 ou 8 ohms) Conexões: Speakon e/ou P10 Gabinete resistente Encaixe para pedestal 	613778	UND	2





14	<p>MESA DE SOM</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tipo: Analógica • Canais: Mínimo 12 canais • Entradas: <ul style="list-style-type: none"> ➢ XLR (microfone) ➢ P10 (linha) • Controles: <ul style="list-style-type: none"> ➢ Ganho individual por canal ➢ Equalização de 3 vias por canal. • Recursos: <ul style="list-style-type: none"> ➢ Phantom Power 48V ➢ Saída principal estéreo ➢ Saída de monitor ➢ Saída para fones • Interface: <ul style="list-style-type: none"> ➢ USB (gravação/reprodução) ➢ Bluetooth integrado ➢ Entrada USB (pen drive) Rádio FM (opcional) • Alimentação: Bivolt automático 	231654	UND	2
15	<p>SISTEMA DE MICROFONES SEM FIO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tipo: Sistema duplo (2 microfones) • Microfones: <ul style="list-style-type: none"> ➢ 02 microfones de mão dinâmicos • Transmissão: <ul style="list-style-type: none"> ➢ Frequência: UHF ou superior ➢ Alcance mínimo: 50 metros • Receptor: <ul style="list-style-type: none"> ➢ Antenas externas ➢ Saídas: XLR e/ou P10 • Resposta de frequência: Compatível com voz • Alimentação: <ul style="list-style-type: none"> ➢ Microfones: pilhas AA ou baterias recarregáveis ➢ Receptor: fonte bivolt automática <p>Os microfones deverão utilizar pilhas AA ou baterias recarregáveis equivalentes, de fácil aquisição no mercado nacional.</p>	627819	UND	2
16	<p>PEDESTAIS PARA CAIXAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quantidade: 02 unidades • Material: Metálico (aço/ferro) • Altura regulável 	229527	UND	4



especificações padronizadas (Catálogo Eletrônico), que não exigem insumos ou tecnologias exclusivas, incentivando a ampla participação.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O VALOR ESTIMADO TOTAL DESTA CONTRATAÇÃO É **R\$ 24.037,68 (vinte e quatro mil, trinta e sete reais e sessenta e oito centavos)**, conforme Pesquisa de Preço (Apêndice I).

Detalhamento dos Valores

A estimativa foi calculada com base na multiplicação da quantidade demandada pelo valor unitário de referência obtido na Pesquisa de Preços. O detalhamento segue na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE NECESSÁRIA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	<p>SUPORTE ARTICULADO PARA TV DE 58" A 60"</p> 	356122	UND	29	140,00	4.060,00
2	<p>IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL COLORIDA</p> <p>Impressora multifuncional tanque de tinta, nova, de primeiro uso e em linha de fabricação, com funções de impressão, cópia e digitalização, tecnologia de impressão a jato de tinta com sistema de abastecimento por garrafas, sem utilização de cartuchos, resolução máxima de impressão mínima de 5.760 × 1.440 dpi, com impressão frente e verso automática (duplex), velocidade de impressão mínima padrão ISO de 10 páginas por minuto em preto e 5 páginas por minuto em cores, e velocidade em modo rascunho de até 30 páginas por minuto em preto e 15 páginas por minuto em cores.</p> <p>Equipamento com conectividade USB, rede sem fio Wi-Fi e Wi-Fi Direct, compatível com impressão a partir de dispositivos móveis e serviços de impressão em nuvem, suporte a protocolos de impressão em rede e gerenciamento, scanner colorido com resolução óptica mínima de 1.200 ×</p>	449629	UND	3	1.171,99	3.515,97



Processo 2507/2026. Assinado por 2 pessoas: JONATHAN NEVES BONTAREL MARIA CRISTINA TOMAZ CANADA



	verde, amarelo e marrom ou cinza), destinadas à separação de resíduos					
6	<p>CARRINHO DE LIMPEZA PROFISSIONAL FUNCIONAL</p> <p>Carro/ Carrinho funcional completo. Fabricado em polipropileno. Incluso saco de vinil com capacidade mínima para 90 Litros. Medidas aproximadas:</p> <p>Carro:120 x 46 x 100 cm (CxLxA).</p> <p>Acessórios: um balde espremedor de no mínimo 24 Litros; uma pá plástica para lixo; uma placa de sinalização de piso molhado; um conjunto MOP pó de no mínimo 60cm com cabo em alumínio; um conjunto MOP úmido de no mínimo 320 g com cabo em alumínio.</p> <p>Garantia mínima de 12 (doze meses)</p> <p>IMAGEM SIMILAR AO QUE SE PRETENDE ADQUIRIR</p> 	330346	UND	1	1.099,00	1.099,00
7	<p>HD 4TB</p> <p>Disco rígido (HD) para sistemas de CFTV, novo, de primeiro uso e em linha de fabricação, com capacidade mínima de 4 TB, projetado especificamente para operação contínua 24 horas por dia, 7 dias por semana (24/7), compatível com gravadores DVR/NVR, interface SATA III (6 Gb/s) ou superior, rotação e cache adequados para gravação simultânea de múltiplos canais de vídeo, tecnologia otimizada para streaming de vídeo e gravação contínua, baixa taxa de falhas, controle de vibração e ruído, compatível com sistemas de vigilância por</p>	464719	UND	1	795,00	795,00





	longo período, atendendo às normas técnicas aplicáveis, e garantia mínima de 12 meses					
8	TELEFONE SEM FIO Aparelho telefônico de mesa, sem fio. Funções: Flash, Redial, Rediscar/Mute/Mudo. Cor preta, mínimo 3 níveis de campainha.	465497	UND	1	136,24	136,24
9	MICROFONE S/ FIO Microfone Tipo: Sem Fio, Alimentação: Pilha, Resposta Frequência: 60hz - 18 KHZ, Alcance: 50 M, Aplicação: Auditório.	469422	UND	1	459,00	459,00
10	FURADEIRA Furadeira, martelete e parafusadeira elétrica, 750 w ou superior, com acessórios. (Brocas e chaves compatíveis); tensão de alimentação: 127 garantia mínima de 12 meses; diâmetro mandril 3/4"	600708	UND	1	546,49	546,49
11	VÍDEO PORTEIRO COM FECHADURA ELETRÔNICA - 3 peças, voltagem 127/220, 1 botão, câmera externa com visão noturna, monitor mínimo 7 polegadas, viva voz, com sistema de acionamento de fechadura, auto falante, visor tela a cor.	480668	UND	1	1.650,00	1.650,00
12	CAIXA ACÚSTICA ATIVA <ul style="list-style-type: none">• Tipo: Ativa (amplificada) Potência mínima: 300 W RMS• Alto-falante: 15 polegadas (graves)• Driver: Titânio para altas frequências• Resposta de frequência: Compatível com uso profissional• Equalização: Mínimo 3 vias Recursos:<ul style="list-style-type: none">➢ Compressor/limitador interno➢ Controle de volume independente• Entradas:<ul style="list-style-type: none">➢ XLR e P10 (microfone/linha)➢ Entrada auxiliar estéreo• Saídas:<ul style="list-style-type: none">➢ Saída de linha	620906	UND	2	1.700,00	3.400,00





Processo 2507/2026. Assinado por 2 pessoas: JONATHAN NEVES BONTAREL MARIA CRISTINA TOMAZ CANADA



	<ul style="list-style-type: none">➤ Frequência: UHF ou superior➤ Alcance mínimo: 50 metros• Receptor:<ul style="list-style-type: none">➤ Antenas externas➤ Saídas: XLR e/ou P10• Resposta de frequência: Compatível com voz• Alimentação:<ul style="list-style-type: none">➤ Microfones: pilhas AA ou baterias recarregáveis➤ Receptor: fonte bivolt automática <p>Os microfones deverão utilizar pilhas AA ou baterias recarregáveis equivalentes, de fácil aquisição no mercado nacional.</p>					
16	PEDESTAIS PARA CAIXAS <ul style="list-style-type: none">• Quantidade: 02 unidades• Material: Metálico (aço/ferro)• Altura regulável• Sistema de travamento de segurança• Capacidade compatível com caixas de 15"• Padrão de encaixe: 35 mm	229527	UND	4	139,71	558,84

Metodologia da Pesquisa e Fontes

A estimativa de valor foi obtida por meio de pesquisa de preços, seguindo os parâmetros definidos no Decreto Municipal 9.574/23. A memória de cálculo e os documentos que lhe dão suporte estão detalhados no Apêndice I.

Sigilo da Informação

Certifica-se que a Estimativa do VALOR DA CONTRATAÇÃO NÃO É SIGILOSA, uma vez que será divulgada no edital e demais documentos da fase externa do processo licitatório, considerando que tal divulgação não compromete a competitividade nem a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Detalhamento da Solução Escolhida

A solução proposta consiste na aquisição de materiais e equipamentos destinados ao atendimento das unidades escolares da rede municipal de ensino, com recursos oriundos do Prêmio Excelência, conforme demandas previamente levantadas por cada unidade.





A contratação contempla o fornecimento integral dos itens, incluindo entrega, transporte, acondicionamento e, quando aplicável, montagem e instalação dos equipamentos, garantindo sua plena funcionalidade e adequação ao uso nas unidades escolares.

Os bens a serem adquiridos são classificados como bens comuns, com especificações usuais de mercado, permitindo sua aquisição por meio de procedimento licitatório competitivo, com base em critérios objetivos de julgamento.

A solução foi estruturada de forma a conciliar economicidade e eficiência, adotando-se o parcelamento em itens para ampliar a competitividade, bem como o agrupamento específico de equipamentos de sonorização em lote único, em razão da necessidade de compatibilidade técnica e operacional entre seus componentes.

Além do fornecimento dos bens, a solução abrange:

- Garantia mínima dos produtos, conforme especificações a serem definidas no Termo de Referência;
- Responsabilização do fornecedor pela qualidade, integridade e funcionamento dos itens entregues;
- Substituição de produtos defeituosos ou em desacordo com as especificações;
- Suporte técnico, quando aplicável, durante o período de garantia.

A logística de entrega deverá ser realizada de forma planejada, sendo a entrega realizada ponto a ponto nos seguintes endereços:

ITEM	QUANTIDADE E ESCOLA	ENDEREÇO DE ENTREGA
Suporte articulado para TV (ITEM 1)	11 unidades para a EMEF Antônio Maurício da Silva	Av. Getúlio Vargas, 351 - São Judas Tadeu, Fernandópolis / SP- CEP: 15.606-048.
Suporte articulado para TV (ITEM 1)	18 unidades para EMEF Coronel Francisco Arnaldo da Silva	Avenida Milton Terra Verdi, nº 732, Fernandópolis/SP- CEP: 15.600-023.
Impressora Multifuncional (ITEM 2)	01 unidade para EMEF João Garcia Andreo	R. Francisco Arnaldo da Silva, 668 - Jardim Bela Vista, Fernandópolis - SP, 15612-024
Impressora Multifuncional (ITEM 2)	02 unidades para EMEF Prof. Ivonete Amaral da Silva Rosa	Av. Presidente Castelo Branco, 1081 – Parque São Bernardo, Fernandópolis/SP- CEP: 15.603-312



Encadernadora de papel (ITEM 3)	EMEF Prof. Ivonete Amaral da Silva Rosa	Av. Presidente Castelo Branco, 1081 – Parque São Bernardo, Fernandópolis/SP- CEP: 15.603-312
Guilhotina manual para papel (ITEM 4)	EMEF Prof. Ivonete Amaral da Silva Rosa	Av. Presidente Castelo Branco, 1081 – Parque São Bernardo, Fernandópolis/SP- CEP: 15.603-312
Kit lixeira seletiva (ITEM 5)	EMEF João Garcia Andreo	R. Francisco Arnaldo da Silva, 668 - Jardim Bela Vista, Fernandópolis - SP, 15612-024
Carrinho de Limpeza (ITEM 6)	EMEF João Garcia Andreo	R. Francisco Arnaldo da Silva, 668 - Jardim Bela Vista, Fernandópolis - SP, 15612-024
HD 4TB (ITEM 7)	EMEF José Gaspar Ruas	R. Adelpho Quaiotti, 476 - Jardim Rosa Amarela, Fernandópolis / SP, CEP: 15.600-418.
Telefone sem fio (ITEM 8)	EMEF José Gaspar Ruas	R. Adelpho Quaiotti, 476 - Jardim Rosa Amarela, Fernandópolis / SP, CEP: 15.600-418.
Microfone sem fio (ITEM 9)	EMEF José Gaspar Ruas	R. Adelpho Quaiotti, 476 - Jardim Rosa Amarela, Fernandópolis / SP, CEP: 15.600-418.
Furadeira (ITEM 10)	EMEF José Gaspar Ruas	R. Adelpho Quaiotti, 476 - Jardim Rosa Amarela, Fernandópolis / SP, CEP: 15.600-418.
Vídeo porteiro com fechadura eletrônica (ITEM 11)	EMEF Prof. Ivonete Amaral da Silva Rosa	Av. Presidente Castelo Branco, 1081 – Parque São Bernardo, Fernandópolis/SP- CEP: 15.603-312
Sistema de sonorização profissional (GRUPO 01- itens 1 a 5)	EMEF Prof. Ivonete Amaral da Silva Rosa	Av. Presidente Castelo Branco, 1081 – Parque São Bernardo, Fernandópolis/SP- CEP: 15.603-312
Sistema de sonorização profissional (GRUPO 01- item 1 a 5)	EMEF José Zantedeschi	Avenida Aldo Livorati, 3555 - Residencial Benez - Fernandópolis/SP -CEP: 15604-082

A contratada será responsável por todas as etapas relacionadas ao transporte, carga, descarga e acondicionamento dos bens, devendo assegurar a integridade dos produtos até a efetiva entrega.



Tal sistemática visa garantir maior eficiência na distribuição, otimização dos recursos logísticos e adequado controle patrimonial dos bens adquiridos.

A solução também considera aspectos de sustentabilidade, com incentivo à aquisição de produtos duráveis, com menor impacto ambiental e, sempre que possível, compatíveis com práticas de logística reversa.

Por fim, destaca-se que eventuais serviços futuros, como manutenção após o período de garantia, não integram o escopo da presente contratação, devendo ser objeto de planejamento específico, caso necessário.

Exigências de Manutenção e Assistência Técnica

As exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica estão diretamente vinculadas à garantia do produto, tendo como finalidade preservar a vida útil do bem e reduzir riscos operacionais. Durante o período de garantia contratual ou legal, toda a manutenção dos bens adquiridos será de responsabilidade integral do fornecedor, incluindo os custos de reparo, a substituição de peças defeituosas e a logística reversa, tudo sem qualquer ônus para a Administração.

Condições de Pagamento e Antecipação

Certifica-se que NÃO HAVERÁ PAGAMENTO ANTECIPADO para esta contratação, conforme a regra geral estabelecida no Art. 145 da Lei nº 14.133/2021. O pagamento será efetuado exclusivamente após a entrega e o recebimento definitivo do objeto, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela fiscalização.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação será realizada mediante **parcelamento em itens**, conforme o quantitativo apresentado no Tópico 4, observando o disposto no art. 47, §1º, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que a divisão do objeto se mostrou técnica e economicamente viável.

A adoção do parcelamento mostra-se técnica e economicamente viável, uma vez que os bens a serem adquiridos possuem natureza divisível, podendo ser fornecidos de forma independente sem prejuízo à funcionalidade, à qualidade ou ao desempenho do conjunto dos equipamentos.

A medida amplia a competitividade do certame, possibilitando a participação de maior número de fornecedores especializados, favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração e promovendo a observância dos princípios da isonomia, eficiência e economicidade.





Não foram identificadas circunstâncias técnicas ou operacionais que justifiquem o agrupamento dos itens em lotes, razão pela qual a adjudicação será realizada por item, permitindo que cada licitante participe dos itens compatíveis com seu ramo de atuação e capacidade de fornecimento.

9. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Exigências de Catálogos Específicos

Para esta contratação NÃO SERÁ EXIGIDA CATÁLOGOS ESPECÍFICOS, em razão do Catálogo Eletrônico de Padronização já fornecer informações detalhadas e suficientes sobre as especificações técnicas, padrões de desempenho e dimensões do item, permitindo a avaliação completa da proposta sem a necessidade de documentos gráficos ou adicionais do licitante.

Exigência de Amostra

Para esta contratação NÃO SERÁ EXIGIDA AMOSTRA, uma vez que o objeto possui especificações padronizadas e está previsto no Catálogo Eletrônico, sendo o atendimento aos requisitos de qualidade e desempenho garantido por meio de certificações e pela documentação técnica fornecida pelo licitante.

Exigências de Qualificação Técnica

Para a presente contratação, NÃO SERÁ EXIGIDA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL do licitante. A justificativa fundamenta-se na natureza do objeto, que consiste em bens comuns com especificações padronizadas, cuja entrega e conformidade são aferidas na fase de recebimento, não exigindo a comprovação de experiência operacional prévia (Atestados) ou a disponibilização de pessoal técnico específico, conforme a interpretação do Art. 67 da Lei nº 14.133/2021 para o fornecimento de bens comuns.

Exigência de Análise por Equipe Técnica Especializada

Para esta contratação NÃO SERÁ EXIGIDA A ANÁLISE PRÉVIA DA PROPOSTA POR EQUIPE TÉCNICA ESPECIALIZADA na sessão pública, pois a natureza do bem é padronizada (Bem Comum), e a sua especificação no Termo de Referência é suficiente para a análise pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A presente aquisição de materiais destinados às unidades escolares, com recursos provenientes do Prêmio Excelência, está alinhada aos objetivos estratégicos da Prefeitura Municipal de Fernandópolis e busca alcançar resultados diretos e indiretos voltados à economicidade, eficiência administrativa e ao melhor aproveitamento dos recursos públicos.





Benefícios em Termos de Economicidade e Eficiência

A otimização do estoque constitui um dos principais benefícios em termos de economicidade e eficiência. A estimativa precisa das quantidades, apresentada no Tópico 4, assegura que a aquisição seja realizada apenas no volume estritamente necessário, evitando desperdícios de recursos materiais e financeiros decorrentes de compras superiores à demanda real e da formação de estoques excessivos.

Adicionalmente, a padronização dos itens a serem adquiridos contribui para ganhos operacionais, facilitando o controle patrimonial, a logística de distribuição e a reposição futura, reduzindo custos administrativos e promovendo maior racionalização na gestão dos bens.

Benefícios em Termos de Eficácia e Qualidade dos Serviços Educacionais

A disponibilização adequada dos materiais e equipamentos proporcionará melhores condições estruturais às unidades escolares, contribuindo diretamente para a qualidade do ambiente educacional.

Os recursos oriundos do Prêmio Excelência, quando aplicados de forma planejada, permitem o fortalecimento das atividades pedagógicas e de apoio, favorecendo o desenvolvimento das práticas educacionais, o atendimento às necessidades específicas de cada unidade e a melhoria da experiência de ensino e aprendizagem.

Benefícios em Termos de Eficiência Administrativa e Gestão

A adoção de planejamento prévio, com base nas demandas formalizadas pelas unidades escolares, assegura maior assertividade na aplicação dos recursos públicos, reduzindo retrabalhos e aquisições emergenciais.

Além disso, o modelo de contratação adotado, com parcelamento em itens e agrupamento técnico quando necessário, contribui para maior competitividade, melhor seleção de fornecedores e maior eficiência na execução contratual.

Benefícios em Termos de Continuidade do Serviço Público

A aquisição dos materiais garante a continuidade das atividades escolares, evitando interrupções decorrentes da falta de insumos e equipamentos essenciais.

Dessa forma, assegura-se a regularidade dos serviços educacionais, promovendo um ambiente adequado e funcional para alunos, professores e demais profissionais da educação.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO





compatibilidade técnica e funcional entre os equipamentos, garantindo o adequado funcionamento do conjunto. Assim, a modelagem da contratação observa critérios técnicos e econômicos, sem prejuízo à economia de escala.

- **Contratos de Manutenção:** Embora o fornecimento dos bens possa gerar, futuramente, demanda por serviços de manutenção (serviços correlatos), o presente Estudo Técnico Preliminar não contempla tais serviços.

Eventuais necessidades de manutenção, especialmente após o término do período de garantia, serão objeto de planejamento específico pela Administração, com a realização de procedimento próprio, caso se mostre necessário, assegurando a adequada gestão do ciclo de vida dos bens adquiridos.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A presente contratação, embora não envolva atividades de significativo impacto ambiental direto, pode gerar impactos indiretos relacionados principalmente ao consumo de recursos naturais, geração de resíduos e descarte de materiais ao final de sua vida útil.

Principais Impactos Ambientais Identificados

Dentre os impactos potenciais, destacam-se:

- Geração de resíduos sólidos, especialmente embalagens (plásticos, papelão, isopor) provenientes do fornecimento dos materiais e equipamentos;
- Descarte futuro de equipamentos eletroeletrônicos, como itens de sonorização e outros dispositivos, os quais podem conter componentes potencialmente poluentes;
- Consumo indireto de recursos naturais na cadeia produtiva dos bens adquiridos;
- Possível aumento do consumo de energia elétrica, no caso de equipamentos eletrônicos.

Medidas Mitigadoras e Boas Práticas

Com o objetivo de minimizar os impactos ambientais decorrentes da contratação, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

- Priorizar, sempre que possível, a aquisição de produtos que possuam maior durabilidade, qualidade e eficiência energética, reduzindo a necessidade de substituições frequentes;





4. **As quantidades foram estimadas** com base em técnica adequada (Tópico 4) **e o valor** está devidamente justificado (Tópico 6), buscando a economicidade.
5. **A Solução foi descrita em sua totalidade** (Tópico 7), contemplando a logística de entrega e as exigências de garantia e manutenção.
6. **As justificativas para o Parcelamento em Itens e Grupo foram apresentadas** (Tópico 8), visando a ampliação da competitividade.
7. Os Requisitos de Habilitação foram definidos de forma autônoma (Tópico 9), garantindo a correta triagem dos licitantes sem confundir-se com as obrigações contratuais
8. **Os resultados pretendidos** (Tópico 10) **demonstram a eficácia e a economicidade** esperadas com a contratação.
9. **As Providências Prévias** (Tópico 11) **foram definidas**, incluindo a designação do Gestor e Fiscal na fase de planejamento.
10. **A contratação não possui interdependência** que comprometa sua execução (Tópico 12).
11. **Foram observadas as regras de sustentabilidade** e medidas mitigadoras de impactos ambientais (Tópico 13).
12. **A Análise de Risco** (Tópico 14) considerando a natureza comum do objeto, a ampla oferta no mercado fornecedor e a padronização das especificações técnicas, opta-se pela dispensa de análise de risco.

Diante do exposto, os elementos apresentados justificam a solução escolhida e atestam a viabilidade técnica, econômica e legal para o prosseguimento da fase interna da contratação, devendo ser elaborado o Termo de Referência com base nos requisitos aqui estabelecidos.

Fernandópolis-SP, 18 de junho de 2026.

MARIANE LANINI BERGAMINI

Equipe de Planejamento

MARIA CRISTINA TOMAZ CANADA

Equipe de Planejamento





www.fernandopolis.sp.gov.br



APÊNDICE I

FORMALIZAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇOS





APÊNDICE I - FORMALIZAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇOS

I – DESCRIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Aquisição de materiais para Unidades Escolares, com verba de Premiação de Prêmio Excelência.

II – CARACTERIZAÇÃO DAS FONTES CONSULTADAS

2.1. Para a definição do valor estimado da contratação foram observados os parâmetros previstos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, utilizando-se dados que refletem os valores praticados pelo mercado e pela Administração Pública.

2.2. Foram priorizadas as consultas a contratações similares realizadas pela Administração Pública, em observância ao disposto no art. 23, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. Os preços coletados são oriundos de bases oficiais de compras governamentais, incluindo o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e demais sistemas públicos de referência.

2.3. O valor estimado da contratação foi obtido a partir da análise crítica dos preços coletados, considerando múltiplas referências válidas e compatíveis com o objeto licitado, de forma a assegurar que a estimativa reflita os valores praticados no mercado e atenda aos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade para a Administração Pública, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

III – SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS E ANÁLISE CRÍTICA

3.1. A série de preços coletados consta em anexo a esta nota técnica de análise crítica de pesquisa de preços. Os itens pesquisados são similares ao que se pretende adquirir.

Justificativa para Desconsideração de Valores:

- Foram desconsideradas as amostras de preço que apresentavam, previamente ao cálculo, valores entendidos como inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados.

IV – METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO VALOR ESTIMADO

4.1 Método Matemático Aplicado: O valor estimado para a contratação foi obtido através da aplicação da MEDIANA dos preços válidos coletados.

4.2 Foram realizadas pesquisas em sites e empresas especializadas com o objetivo de obter referências de preços para os itens descritos. Durante a análise, foram desconsiderados valores discrepantes, seja por estarem muito abaixo ou excessivamente acima da média de mercado, assegurando maior fidedignidade e equilíbrio aos valores utilizados na estimativa de preços.

V – JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DOS FORNECEDORES



Relatório de pesquisa de preço

Relatório Resumido

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
119/2026	986411	Concluída	MARIA CRISTINA TOMAZ CANADA
Título: PRÊMIO EXCELÊNCIA			
Observações:			
Total de itens cotados: 16		Valor total da pesquisa de preços: R\$ 24.037,6990	



Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
356122 - Suporte Monitor Vídeo Material: Aço Carbono , Acabamento Superficial: Pintura Eletrostática , Tipo: Monitor Plasma/Lcd, 26 A 32 Pol , Capacidade Carga: 35 KG, Características Adicionais: Braço Articulado, Giratório, Inclinação Até 15°	Unidade	29
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	Mediana
R\$ 135,0000	R\$ 173,0000	R\$ 140,0000
Método de cálculo adotado: Mediana		
Coeficiente de Variação: 29,0440% Desvio Padrão: 50,2461 Maior Preço: R\$ 244,0000		

Filtro Aplicado
Data início: 01/01/2026
Data fim: 26/02/2026
Modalidade(s): Pregão

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	75	Unidade	R\$ 135,0000	30/01/2026	Sim
2	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	63	Unidade	R\$ 244,0000	30/01/2026	Sim
3	I	DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 140,0000	16/01/2026	Sim

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 2

Descrição do item

620906 - Caixa Acústica Tipo: Ativa , Potência: 325 WRMS, Tamanho Alto-Falante: 10 POL, Tipo Tweeter: Driver De Compressão , Largura: 308 MM, Altura: 493 MM, Profundidade: 289 MM, Cor: Preta , Características Adicionais: :Bi-Amplificada Com Duas Vias E Reflexão Dos Grave , Voltagem: 110/220 V, Potência Nominal: 700w RMS, Aplicação: Monitor De Palco , Material: Plástico

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

2

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 1.638,0000

Média

R\$ 2.611,0000

Mediana

R\$ 1.700,0000

Coefficiente de Variação: 51,0314%

Desvio Padrão: 1.332,4296

Maior Preço: R\$ 4.495,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado

Data início: 01/12/2025

Data fim: 26/02/2026

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 1.700,0000	04/02/2026	Sim
2	I	TRIBUNAL DE CONTAS DO EST. DO MATO G.DO SUL - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 7.244,0000	30/01/2026	Não
3	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 4.495,0000	23/12/2025	Sim
4	I	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 1.638,0000	19/12/2025	Sim

Legenda:

⚠ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 3

Descrição do item

613778 - Caixa Acústica Tipo: Ativa/Passiva , Tamanho Alto-Falante: 3 POL, Resposta Frequência: 80 Hz A 20 Khz KHZ, Tipo Tweeter: 0.75" Polegadas Cúpula De Seda , Características Adicionais: Pannel Frontal: 1/8" Estéreo Para Fones De Ouvido , Voltagem: 220 V, Aplicação: Monitoramento De Áudio

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

2

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 700,0000

Média

R\$ 1.034,5500

Mediana

R\$ 1.100,0000

Coefficiente de Variação: 24,2373%

Desvio Padrão: 250,7470



Maior Preço: R\$ 1.303,6500

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. FLUMINENSE - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 2.424,0000	30/12/2025	Não
2	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.890,0000	18/12/2025	Não
3	I	ESTADO DO ACRE - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 1.899,9900	17/12/2025	Não
4	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 1.100,0000	29/10/2025	Sim

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 7

Descrição do item
449629 - Impressora Multifuncional Tipo Impressão: Jato Tinta ,
Resolução Impressão: 5760 X 1440 DPI, Tensão Alimentação:
Bivolt V, Resolução Scanner: 1.200 X 2.400 DPI, Conectividade:
Usb E Wifi , Características Adicionais: Color, Sistema Eco Tank

Unidade de Fornecimento
Unidade

Quantidade
3

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço
R\$ 870,0000

Média
R\$ 1.396,9082

Mediana
R\$ 1.171,9900

Coeficiente de Variação: 54,5939%
Desvio Padrão: 762,6260
Maior Preço: R\$ 5.000,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 1.171,9900	25/03/2026	Sim
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 1.171,9900	25/03/2026	Sim
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 1.171,9900	25/03/2026	Sim
4	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 1.237,9800	16/03/2026	Sim
5	I	ERN-SEC DE ESTADO DA ADM PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 1.248,0000	11/03/2026	Sim
6	I	ESTADO DO MARANHAO - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 1.100,0000	09/03/2026	Sim
7	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.613,3300	09/03/2026	Sim
8	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.206,6700	09/03/2026	Sim
9	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA - MG - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 993,0000	05/03/2026	Sim
10	I	PREFEITURA DE BELO JARDIM - PE - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 1.400,0000	26/02/2026	Sim
11	I	PREFEITURA DE BELO JARDIM - PE - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 1.028,7700	26/02/2026	Sim
12	I	AGENCIA DE MODERNIZACAO DA GEST. DE PROCESSOS - Compras.gov.br	7	Unidade	R\$ 1.124,8900	23/02/2026	Sim
13	I	ESTADO DO ACRE - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 1.850,0000	23/02/2026	Sim
14	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 870,0000	07/04/2026	Sim
15	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MAT.G.DO SUL - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 2.700,0000	18/02/2026	Sim
16	I	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 911,0000	13/02/2026	Sim
17	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 923,5900	06/02/2026	Sim
18	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.008,0000	30/01/2026	Sim
19	I	PREFEITURA DE ARIQUEMES - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 1.350,0000	26/01/2026	Sim

Processo 2507/2026. Assinado por 2 pessoas: JACIR NEILSON DE SOUZA, MARIA CRISTINA TOMAZ CANADA. Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://fernandopolis.flowdocs.com.br/2053/public/assinaturas/6B5A7B5B69464036B3B3286B6C4047AB>

20	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.149,0000	23/01/2026	Sim
21	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	24	Unidade	R\$ 872,6800	15/01/2026	Sim
22	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	28	Unidade	R\$ 927,6600	15/01/2026	Sim
i23	I	ERR-SECRETARIA DE EST DE LICIT E CONTRATAÇÃO - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 1.450,0000	12/01/2026	Sim
24	I	ESTADO DO PIAUI - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 1.195,0000	30/12/2025	Sim
25	I	MAM-CÂMARA MUNICIPAL DE COARI - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 1.170,0000	29/12/2025	Sim
26	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 1.260,0000	26/12/2025	Sim
27	I	COLEGIO PEDRO II - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 1.078,8900	17/12/2025	Sim
28	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - RS - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 3.922,0000	17/12/2025	Sim
29	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 1.030,0000	17/12/2025	Sim
30	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 1.100,0000	14/12/2025	Sim
31	I	PREFEITURA DE TARAUAÇA - AC - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.279,3900	12/12/2025	Sim
32	I	SECRETARIA M. ADMINISTRAÇÃO /PREF M.UBERLÂNDIA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 1.633,5000	11/12/2025	Sim
33	I	ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.261,0000	04/12/2025	Sim
34	I	GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 1.649,0000	01/12/2025	Sim
35	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 1.229,0000	30/11/2025	Sim
36	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 3.360,2300	27/11/2025	Sim
37	I	FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 1.084,0000	20/11/2025	Sim
38	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 5.000,0000	18/11/2025	Sim
39	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.073,9900	18/11/2025	Sim
40	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 998,9500	18/11/2025	Sim
41	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 954,0000	18/11/2025	Sim
42	I	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 1.160,0000	17/11/2025	Sim
43	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 1.659,1800	17/11/2025	Sim
44	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	46	Unidade	R\$ 1.462,3100	17/11/2025	Sim
45	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.099,8400	15/11/2025	Sim
46	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.214,7900	13/11/2025	Sim
47	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 1.099,8000	12/11/2025	Sim
48	I	PREFEITURA DE CRUZEIRO DO IGUAÇU - PR - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 1.300,0000	07/11/2025	Sim
49	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.010,0000	07/11/2025	Sim
50	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	16	Unidade	R\$ 1.080,0000	04/11/2025	Sim

Legenda:

▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.



Item: 8

Descrição do item

359574 - Maquina Manual De Encadernar Tipo: Mesa , Material: Ferro , Tratamento Superficial: Pintura Em Epóxi , Comprimento: 50 CM, Largura: 40 CM, Altura: 10 CM, Capacidade Folhas: 20 , Numero Perfuradores: 60

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 342,0000

Média

R\$ 821,0925

Mediana

R\$ 783,1000

Coefficiente de Variação: 26,1481%

Desvio Padrão: 214,7000

Maior Preço: R\$ 1.200,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 730,7800	25/03/2026	Sim
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 342,0000	10/03/2026	Sim
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 796,3000	26/12/2025	Sim
4	I	INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO PARANÁ - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 947,8600	03/12/2025	Sim
5	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 1.168,5400	02/12/2025	Sim
6	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE FED. DA GRANDE DOURADOS - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 699,9400	02/12/2025	Sim
7	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 798,1500	12/11/2025	Sim
i 8	I	PREFEITURA DE BELO JARDIM - PE - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.200,0000	01/10/2025	Sim
9	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 760,0000	30/07/2025	Sim
10	I	ESP-SECRETARIA DA EDUCACAO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 769,9000	01/07/2025	Sim
11	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 900,2300	29/05/2025	Sim
12	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 739,4100	05/05/2025	Sim

Legenda:
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 9

Descrição do item

327908 - Guilhotina Material: Chapa Aço , Tipo: Portátil , Comprimento Lâmina: 355 MM, Funcionamento: Manual , Capacidade Corte: 20 FL, Características Adicionais: Facão /Pintura A Pó , Dimensões: 340 X 453 MM, Cor: Cinza , Aplicação: Corte De Papel E Apostila

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

● Mediana

Coeficiente de Variação: 103,2068%

R\$ 74,0300

R\$ 530,3433

R\$ 217,0000

Desvio Padrão: 547,3504

Maior Preço: R\$ 1.300,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA DE OURIZONA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 217,0000	20/01/2026	Sim
2	I	MPE-FUNDO MUNICIPAL DE AS. SOCIAL DO CARPINA - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 74,0300	02/12/2025	Sim
3	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.300,0000	18/11/2025	Sim

Legenda:
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 10

Descrição do item

368120 - Conjunto Lixeira Coleta Seletiva Material: Polietileno ,
Quantidade Lixeiras: 5 UN, Capacidade: 50 L, Cor: Azul, Vermelha,
Verde, Amarela E Cinza , Características Adicionais: Suporte
Metálico, Abertura Frontal , Aplicação: Separar Material Reciclável

Unidade de Fornecimento

Quantidade

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

● Mediana

Coeficiente de Variação: 28,7624%

R\$ 537,9800

R\$ 637,2467

R\$ 599,9500

Desvio Padrão: 183,2873

Maior Preço: R\$ 1.372,8000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Data fim: 27/03/2026
Modalidade(s): Pregão

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO PARANÁ - Compras.gov.br	33	Conjunto	R\$ 670,0000	17/03/2026	Sim
2	I	GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ - Compras.gov.br	3922	Conjunto	R\$ 543,3000	24/02/2026	Sim
3	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	2	Conjunto	R\$ 622,7100	28/11/2025	Sim
4	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	63	Conjunto	R\$ 420,0000	27/11/2025	Não
5	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	189	Conjunto	R\$ 420,0000	27/11/2025	Não
6	I	FUNDO MUNICIPAL SAUDE PRESIDENTE KENNEDY - ES - Compras.gov.br	39	Conjunto	R\$ 589,9000	19/11/2025	Sim
7	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	9	Conjunto	R\$ 550,0000	11/11/2025	Sim
8	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov. br	20	Conjunto	R\$ 637,9900	01/10/2025	Sim
9	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SANTOS - PI - Compras. gov.br	2	Conjunto	R\$ 550,0000	01/09/2025	Sim
10	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	15	Conjunto	R\$ 540,0000	27/08/2025	Sim



Processo 2507/2026. Assinado por 2 pessoas: JACIR NEILSON DE SOUZA, MARIA CRISTINA TOMAZ CANADA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://fernandopolis.flowdocs.com.br/2053/public/assinaturas/6B5A7B5B9946403C6B3B3F2896B6C0457AB

11	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	15	Conjunto	R\$ 558,9900	27/08/2025	Sim
12	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	200	Conjunto	R\$ 559,8900	27/08/2025	Sim
13	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	150	Conjunto	R\$ 1.372,8000	22/08/2025	Sim
14	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	1129	Conjunto	R\$ 425,0000	22/08/2025	Não
15	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	3482	Conjunto	R\$ 425,0000	22/08/2025	Não
16	I	ESP-SECRETARIA DA SAUDE - Compras.gov.br	5	Conjunto	R\$ 643,9000	31/07/2025	Sim
17	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RJ - Compras.gov.br	110	Conjunto	R\$ 624,9900	30/07/2025	Sim
18	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RJ - Compras.gov.br	110	Conjunto	R\$ 610,0000	30/07/2025	Sim
19	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	18	Conjunto	R\$ 450,0000	24/06/2025	Não
20	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	6	Conjunto	R\$ 537,9800	04/06/2025	Sim
21	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10	Conjunto	R\$ 630,0000	02/06/2025	Sim
22	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	60	Conjunto	R\$ 578,0000	22/04/2025	Sim
23	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	24	Conjunto	R\$ 649,9900	27/03/2025	Sim

Legenda:
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 11

Descrição do item

464719 - Disco Rígido Removível Capacidade Memória: 4 TB., Velocidade Transferência: 6 GB/S, Interface: Sata , Velocidade: 5.400 RP

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 232,7100

Média

R\$ 804,1603

Mediana

R\$ 795,0000

Coefficiente de Variação: 37,5226%

Desvio Padrão: 301,7417

Maior Preço: R\$ 1.586.9700

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 871,0000	18/02/2026	Sim
2	I	ESP-FUND.PE ACH-CENTRO PAUL. RADIO-TV EDU - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 1.501,6900	04/02/2026	Sim
3	I	ESP-FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 795,0000	08/01/2026	Sim
4	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 1.044,5800	16/12/2025	Sim
5	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 875,0000	05/12/2025	Sim
6	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 825,8180	02/12/2025	Sim
7	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - Compras.gov.br	88	Unidade	R\$ 831,5300	26/11/2025	Sim
8	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 467,8000	18/11/2025	Sim

Processo 2507/2026. Assinado por 2 pessoas: JACIR NEILSON GOMES, MARIA CRISTINA TOMAZ CANADA. Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://fernandopolis.flowdocs.com.br/2053/public/assinaturas/6B5A7B5B6946403CBB3B3286B6C0457B

4	I	PENITENCIARIA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 52,0000	10/03/2026	Não
5	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 51,8900	09/03/2026	Não
6	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 54,4299	08/03/2026	Não
7	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 55,0000	03/03/2026	Não
8	I	ESP-SECRETARIA DA SAUDE - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 49,8900	03/03/2026	Não
9	I	INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 42,4300	03/03/2026	Não
10	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 49,3400	09/02/2026	Não
11	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 169,9500	09/02/2026	Sim
12	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 50,9500	09/02/2026	Não
13	I	ESP-SECRETARIA DA SAUDE - Compras.gov.br	400	Unidade	R\$ 50,0000	02/01/2026	Não
14	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 47,0400	26/12/2025	Não
15	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	70	Unidade	R\$ 50,0000	23/12/2025	Não
16	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 63,8000	10/12/2025	Não
17	I	ESP-SECRETARIA DA SAUDE - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 130,0000	27/11/2025	Sim
18	I	MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES - MRE - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 56,0000	17/11/2025	Não
19	I	CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA - GO - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 149,9900	14/11/2025	Sim
20	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 68,9500	13/11/2025	Não
21	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 50,9400	09/11/2025	Não
22	I	PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU - PR - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 58,5800	07/11/2025	Não
23	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 57,0000	02/11/2025	Não
24	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras. gov.br	150	Unidade	R\$ 49,5000	28/10/2025	Não
25	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	45	Unidade	R\$ 61,9000	22/10/2025	Não
26	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 51,9000	22/10/2025	Não
27	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 49,7500	21/10/2025	Não
28	I	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOIANIA - GO - Compras.gov.br	24	Unidade	R\$ 61,0000	21/10/2025	Não
29	I	ESP-FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 57,0000	20/10/2025	Não
30	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras. gov.br	5	Unidade	R\$ 51,9848	20/10/2025	Não
31	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 51,9500	17/10/2025	Não
32	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 52,2400	15/10/2025	Não
33	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 52,0000	13/10/2025	Não
34	I	ESP-SECRETARIA DA SAUDE - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 42,7800	09/10/2025	Não
		ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA					



35		PUBLICA - Compras.gov.br	29	Unidade	R\$ 42,5000	05/10/2025	Não
36		ESP-SECRETARIA DA SAUDE - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 63,0000	29/09/2025	Sim
37		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 45,6000	28/09/2025	Não
38		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 49,8900	28/09/2025	Não
39		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 50,9500	25/09/2025	Não
40		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 60,0000	25/09/2025	Sim
41		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 48,0000	24/09/2025	Não
42		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 51,9000	23/09/2025	Não
43		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 48,6900	21/09/2025	Não
44		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 51,7800	21/09/2025	Não
45		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 64,0000	15/09/2025	Sim
46		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 43,5000	15/09/2025	Não
47		JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 242,4410	15/09/2025	Sim
48		JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	70	Unidade	R\$ 136,2490	15/09/2025	Sim
49		ESP-SECRETARIA DA SAUDE - Compras.gov.br	120	Unidade	R\$ 51,9500	09/09/2025	Não
50		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 51,6300	09/09/2025	Não

Legenda:

Item: 13

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
469422 - Microfone Tipo: Sem Fio , Alimentação: Pilha , Resposta Frequência: 60hz - 18 KHZ, Alcance: 50 M, Aplicação: Auditório	Unidade	1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 100,0000

Média

R\$ 565,9720

Mediana

R\$ 459,0000

Coeficiente de Variação: 55,4084%



Desvio Padrão: 313,5959

Maior Preço: R\$ 1.000,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	FUNDACAO OSWALDO CRUZ - Compras.gov.br	16	Unidade	R\$ 459,0000	02/02/2026	Sim
2	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 1.000,0000	07/11/2025	Sim
3	I	CAMARA DOS DEPUTADOS - Compras. gov.br	8	Unidade	R\$ 815,8600	22/10/2025	Sim
4	I	PREFEITURA DE TERRA ROXA / PR - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 455,0000	20/10/2025	Sim
5	I	CONSELHO REGIONAL DE QUIMICA 3A - RJ - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 100,0000	21/07/2025	Sim

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 14

Descrição do item
 600708 - Furadeira Tipo: Furadeira E Parafusadeira , Tensão Alimentação: 110/220 V, Velocidade: 450 Rpm / 1700 Rpm RPM, Capacidade Perfuração Concreto: 10 MM, Capacidade Perfuração Aço: 10 MM, Capacidade Perfuração Madeira: 35 MM, Acessórios: 2 Baterias, Carregador E Maleta , Características Adicionais: Mandril De Aperto Rápido Torque De 54nm, Gati

Unidade de Fornecimento
 Unidade

Quantidade
 1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

 Mediana

Coeficiente de Variação: 46,3081%
 Desvio Padrão: 304,0152
 Maior Preço: R\$ 1.210,9000

R\$ 177,0300
 R\$ 656,5059
 R\$ 546,4900

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 564,0000	10/03/2026	Sim
2	I	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 490,0000	05/03/2026	Sim
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 435,0000	04/02/2026	Sim
4	I	MINISTERIO DA CIENCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.154,0000	11/12/2025	Sim
5	I	ESTADO DO ACRE - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 177,0300	08/12/2025	Sim
6	I	CENTRO FED.EDUC.TECN.CELSO SUCKOW DA FONSECA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 690,0300	02/12/2025	Sim
7	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 822,7100	10/11/2025	Sim
8	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 832,4500	15/10/2025	Sim
9	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 798,7500	15/10/2025	Sim
10	I	EPR-UNIVERSIDADE EST.OESTE DO PR M.C.RONDON - Compras.gov.br	17	Unidade	R\$ 490,0000	14/10/2025	Sim
11	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	107	Unidade	R\$ 350,8400	25/09/2025	Sim
12	I	ESP-SECRETARIA DA EDUCACAO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 590,0000	18/08/2025	Sim
13	I	CRR-SECRETARIA-EXECUTIVA C. A ASS EMERGENCIAL - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 399,0000	30/07/2025	Sim
14	I	CGO - COMPANHIA DE PESQUISA E REC.MINERAIS - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 998,0000	16/06/2025	Sim
15	I	PREFEITURA DE NOVAS TEBAS - PR - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 498,0000	20/05/2025	Sim
16	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 390,0000	19/05/2025	Sim
17	I	PMSP - SUBPREFEITURA JAÇANÃ /TREMembé - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 245,2800	12/05/2025	Sim
		ESP-UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO -					

Processo 2507/2026. Assinado por 2 pessoas: JACIARNEILSON SILVA GONTIÃO, MARIA CRISTINA TOMAZ CANADA. Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://fernandopolis.flowdocs.com.br/2053/public/assinaturas/6B5A7B5B694640A3C6B3B3C286B6C4067AB>

i 18	I	USP - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.108,0000	05/05/2025	Sim
19	I	PREFEITURA DE TELEMACO BORBA - PR - Compras.gov.br	9	Unidade	R\$ 1.210,9000	30/04/2025	Sim
20	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 499,1700	25/04/2025	Sim
21	I	INST.FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. CATARINENSE - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.170,9900	11/04/2025	Sim
22	I	MIN.DA GEST.E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 528,9800	07/04/2025	Sim

Legenda:

▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 15

Descrição do item

330346 - Carro Limpeza Material: Polipropileno , Tipo: 4 Rodizios , Diâmetro Roda: 6 E 3 Pol (Traseiras E Dianteiras) , Comprimento: 126 CM, Largura: 54 CM, Altura: 98 CM, Capacidade: 90 L, Características Adicionais: Zíper Abertura Lateral E Bolsa 90 Litros

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 800,0000

Média

R\$ 1.147,8347

● Mediana

R\$ 1.099,0000

Coefficiente de Variação: 24,3734%

Desvio Padrão: 279,7669

Maior Preço: R\$ 1.750,3200

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Data início: 01/12/2025
Data fim: 27/03/2026
Modalidade(s): Pregão

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 1.149,9700	24/03/2026	Sim
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	16	Unidade	R\$ 809,2800	23/03/2026	Sim
3	I	ESTADO DO ACRE - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 565,0000	18/03/2026	Não
4	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA - CE - Compras.gov.br	257	Unidade	R\$ 999,0000	17/03/2026	Sim
5	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA - CE - Compras.gov.br	823	Unidade	R\$ 1.008,0000	17/03/2026	Sim
6	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 1.099,0000	06/03/2026	Sim
7	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 590,0000	06/03/2026	Não
8	I	MINISTERIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 600,0000	06/03/2026	Não
9	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	240	Unidade	R\$ 568,6800	03/03/2026	Não
10	I	MAL-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA - Compras.gov.br	32	Unidade	R\$ 802,5800	02/03/2026	Sim
11	I	MAL-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA - Compras.gov.br	98	Unidade	R\$ 802,5800	02/03/2026	Sim
12	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 1.299,9800	13/02/2026	Sim
13	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	9	Unidade	R\$ 1.086,0000	12/02/2026	Sim
14	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	63	Unidade	R\$ 550,2000	12/02/2026	Não

Processo 2507/2026. Assinado por 2 pessoas: JACIARA NEILSON DE SOUZA, MARIA CRISTINA TOMAZ CANADA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://fernandopolis.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/6B5A7F5E66946403C6B3B3F2866B3C4047B

15	I	CAMARA MUNICIPAL DE UBIATA - PR - Compras.gov.br	1 Unidade	R\$ 800,0000	11/02/2026	Sim
16	I	PREFEITURA DE DIAMANTE D'OESTE - PR - Compras.gov.br	5 Unidade	R\$ 522,0000	10/02/2026	Não
17	I	PREFEITURA DE PLANALTO - PR - Compras.gov.br	1 Unidade	R\$ 1.470,0000	04/02/2026	Sim
18	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - Compras.gov.br	3 Unidade	R\$ 1.371,7700	30/01/2026	Sim
19	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	100 Unidade	R\$ 786,2500	20/01/2026	Não
20	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2 Unidade	R\$ 694,0000	14/01/2026	Não
21	I	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO EST R. G.DO NORTE - Compras.gov.br	15 Unidade	R\$ 397,1900	17/12/2025	Não
22	I	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	6 Unidade	R\$ 1.384,5200	11/12/2025	Sim
23	I	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	54 Unidade	R\$ 1.384,5200	11/12/2025	Sim
24	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	2 Unidade	R\$ 1.750,3200	05/12/2025	Sim

Legenda:

▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 16

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
480668 - Porteiro Eletrônico Componentes: Painei Externo Abs De Alta Resistência E Protetor , Tipo Sistema: Eletrônico , Aplicação: Sistema De Segurança , Características Adicionais: Fechadura Eletrônica	Unidade	1
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	Mediana
R\$ 489,0000	R\$ 1.712,3369	R\$ 1.650,0000
Método de cálculo adotado: Mediana		
Coeficiente de Variação: 51,0784% Desvio Padrão: 874,6338 Maior Preço: R\$ 3.717,7200		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	CONSELHO REG. DE ARQUITETURA E URBANISMO-SE - Compras.gov.br	1 Unidade		R\$ 2.100,0000	24/02/2026	Sim
2	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	7 Unidade		R\$ 950,0000	10/01/2026	Sim
3	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TECNOLOGIA DA BAHIA - Compras.gov.br	3 Unidade		R\$ 608,4500	02/12/2025	Não
4	I	FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL - Compras.gov.br	20 Unidade		R\$ 230,0000	30/11/2025	Não
5	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	1 Unidade		R\$ 7.560,0000	16/11/2025	Não
6	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1 Unidade		R\$ 4.700,0000	13/11/2025	Não
7	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	19 Unidade		R\$ 200,0000	21/10/2025	Não
i 8	I	INSTITUTO DE PREV SOCIAL DE ANGRA DOS REIS - Compras.gov.br	1 Unidade		R\$ 1.261,6000	16/10/2025	Sim
9	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1 Unidade		R\$ 1.947,0600	13/10/2025	Sim



3.1. A série de preços coletados consta em anexo a esta nota técnica de análise crítica de pesquisa de preços. Os itens pesquisados são similares ao que se pretende adquirir.

IV – METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

4.1. A obtenção do preço estimado deu-se com base na mediana dos valores obtidos na pesquisa de preços. Foram realizadas pesquisas em sites e empresas especializadas com o objetivo de obter referências de preços para os itens descritos. Durante a análise, foram desconsiderados valores discrepantes, seja por estarem muito abaixo ou excessivamente acima da média de mercado, assegurando maior fidedignidade e equilíbrio aos valores utilizados na estimativa de preços.

V - JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DOS FORNECEDORES, NO CASO DA PESQUISA DIRETA DE QUE DISPÕE O INCISO IV DO ART. 5º

Não se aplica.

V – MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONCLUSÃO

5.1. O preço estimado considerando o valor da mediana dos itens é de R\$ 22.387,69 (vinte e dois mil, trezentos e oitenta e sete reais e sessenta e nove centavos), conforme memória de cálculo constante no relatório.

5.2. Após a pesquisa de preços em conformidade com o Decreto Municipal nº 9.574/23, certifica-se que o preço estimado para a presente contratação é compatível com os praticados no mercado.

Relatório emitido em 09/04/2026 10:52

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$



APÊNDICE II

ATAS DE REUNIÕES ORDINARIAS PARA DIVULGAÇÃO DO RECEBIMENTO DE RECURSOS DO PRÊMIO EXCELÊNCIA EDUCACIONAL



ATA Nº03/2025

ATA PARA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

DA EMEF CORONEL FRANCISCO ARNALDO DA SILVA

Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco (29/07/2025), às 17 horas, reuniu-se, em caráter extraordinário, o Conselho de Escola da EMEF Cel. Francisco Arnaldo da Silva, sob a direção da Diretora Natália Fernanda da Silva Dante Egéa, nas dependências da unidade escolar, situada à Avenida Milton Terra Verdi, nº 732, Fernandópolis – SP, com a finalidade de deliberar sobre a utilização do recurso financeiro proveniente do Prêmio de Excelência Educacional, no valor de R\$ 63.100,00 (sessenta e três mil e cem reais). A reunião contou com a presença dos seguintes membros do Conselho: - Professores: Irovaldo Francisco Ramos, Aline Cristina Buono Soldera Miotto, Célia Regina Correia, Michele Braida Gonçalves Sabino, Almir Rogério Gobato, Valquiria Suzie Kudo da Silva Sá, Vanessa Cristina Teixeira Sanches do Carmo e Elisângela Zago Navas Sabino. Funcionários: Aline Custódio Barbosa, Andrea Heloisa Revez dos Santos Ferraz, Damaris de Seixas Silva Barreto, Juliani Camila da Silva Seba, Rosimeire Valentim da Silva Santos e Ledinea de Oliveira Santana. Pais/Responsáveis: Flaviane Barbosa Diniz, Francielle Angélica Borges da Silva, Luana Brasil Leal Oña, Simone Galisteu Timporim e Taisa Fernanda da Silva Dante. A Diretora iniciou a reunião explicando que o recurso recebido é oriundo do Prêmio de Excelência Educacional, uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo vinculada ao programa "Alfabetiza Juntos SP", que reconhece e estimula escolas com avanços significativos na alfabetização de crianças e nos resultados do SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo). Pauta da Reunião: Definição das prioridades de investimento com o valor do prêmio seguindo a RESOLUÇÃO SECUC Nº103, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2024. Deliberações: Após análise das demandas pedagógicas da unidade e sugestões dos membros presentes, o Conselho aprovou por unanimidade a seguinte destinação do valor recebido: Aquisição de 18 (dezoito) Smart TVs 60" 4K UHD com entrada HDMI, para equipar todas as salas de aula, promovendo a integração de recursos audiovisuais ao processo de ensino-aprendizagem. Compra de 18 (dezoito) cabos HDMI de 10 metros, para conexão entre as TVs e os notebooks utilizados pelos professores. Aquisição de 18 (dezoito) suportes TRI articulados para TV, assegurando a fixação adequada dos aparelhos nas salas de aula. Compra de 2 (dois) aparelhos de ar-condicionado de 24.000 BTUs, destinados à Sala de Leitura e ao Cantinho de Leitura, que são os únicos espaços pedagógicos ainda não climatizados na escola, visando maior conforto térmico para alunos e educadores durante as atividades de leitura e mediação pedagógica. Após pesquisa de valores em sites de lojas oficiais, definiu-se a destinação da aplicação dos recursos da seguinte forma: 95% (noventa e cinco por cento) R\$59.945,00 em despesas de capital, para aquisição de bens permanentes (Smart TVs e aparelhos de ar-condicionado), e 5% (cinco por cento) R\$3.155,00 em despesas de custeio, para aquisição dos cabos HDMI e suportes articulados para TV, classificados como materiais de consumo. A Diretora informou que o setor de compras da Prefeitura Municipal de Fernandópolis ficará responsável pela condução do processo licitatório e pelas respectivas aquisições dos itens definidos, conforme as normas e procedimentos da administração pública. O Conselho acompanhará todas as etapas para garantir a aplicação transparente e eficiente dos recursos recebidos. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 17h30, e eu, Aline Custódio Barbosa, lavrei a presente ata, que será assinada por mim, pela Diretora e pelos demais membros do Conselho.

Fernandópolis, 29 de julho de 2025



Aline Custódio
Aline Custódio Barbosa
Agente Administrativo
RG. 46.296.616-1



ATA Nº 010/2025

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ESCOLA – 2025

Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano letivo de dois mil e vinte e cinco, às 17 horas e 20 minutos, na sala de leitura da EMEF JOSE GASPARRUAS, situada na Rua Adelpho Quaiotti, nº 476, Jd. Rosa Amarela, em Fernandópolis - SP realizou-se uma REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, na presença dos membros titulares, suplentes, alguns docentes e também da APM, presidida pelo Senhor Diretor Gilberto Abreu de Oliveira, que designou a mim, Marta Cristina Calori Galdino, Assessora de Direção, para secretariá-lo. Inicialmente o Senhor Diretor agradeceu a presença de todos e logo em seguida, passou a leitura da pauta **1. PRÊMIO EXCELÊNCIA EDUCACIONAL**. Ao iniciar o item 1 da pauta, o diretor apresentou a Resolução SEDUC 103 de 26 de novembro de 2024, que institui o Prêmio Excelência Educacional e da Providências correlatas. O diretor explicou que após orientações na SME nesta data em uma reunião às 10h, tivemos as explicações de como será o uso dos recursos e que devemos listar nossas prioridades para execução do recurso que será disponibilizado pelo Governo do Estado em conta própria da prefeitura, que ficará responsável pelo processo licitatório, abertura de ata, e execução dos recursos a partir da lista priorizada por nossa unidade escolar. Nossa escola receberá o total de R\$31.900,00, que, conforme artigo 5º da Resolução 103, de 26 de novembro de 2024: "[...] Os recursos do prêmio deverão ser utilizados exclusivamente para: I. Aquisição de materiais de consumo para atividades administrativas, pedagógicas e de pesquisa; II. Compra de bens duráveis e equipamentos necessários aos diferentes ambientes escolares; III. Contratação de serviços para manutenção das instalações físicas, pequenos reparos e conservação da unidade escolar. IV Contratação de serviços para manutenção das instalações físicas, pequenos reparos e conservação da unidade escolar; V. Desenvolvimento de atividades pedagógicas, de pesquisa e de formação continuada para os profissionais da educação. Lembrou ainda que é vedada a utilização para 1. Pagamento de despesas com pessoal de qualquer natureza; 2. Contratação de serviços envolvendo servidores públicos; 3. Festividades ou comemorações não relacionadas diretamente ao ensino; 4. Aluguel de imóveis; 5. Pagamento de multas, juros, encargos ou taxas administrativas. Abrindo à discussão os presentes, sugeriram seguir o modelo do PDDE, reservando o montante uma parte para custeio e uma parte para capital. A porcentagem exata, será observada em diálogo com a SME, visto ainda estarem em processo de celebração do Termo de Compromisso junto ao Governo do Estado. Devendo a direção escolar encaminhar no tempo estabelecido pela SME, 06 de agosto de 2025, para as devidas providências para viabilizar a celebração do termo de compromisso e o posterior recebimento dos recursos oriundos da premiação. Ressalta-se que a correta aplicação dos recursos contribuirá para o fortalecimento das ações pedagógicas e para a melhoria contínua da infraestrutura e da qualidade do ensino oferecido pela unidade escolar. Deste modo, ouvido os servidores, docentes e conselheiros definiu-se a seguinte listagem de bens, produtos, utensílios, serviços entre outros, que atendem aos projetos da unidade escolar, incluídos na proposta pedagógica e plano de gestão escolar:



Manutenção predial/Itens de custeio	Aquisição de bens duráveis (capital)
Tubo PVC 100mm (metros)	Mesa de Reunião para 12 lugares grande
Fechaduras de porta em aço inox com alavanca.	Bebedouros de 100 litros com 4 torneiras (quadra e corredor)
Piso 50x50m (m²)	Aparelho de gravação DVR
Rejunte (Kg)	Microfones sem fio
Argamassa (Kg)	Mesas de Pebolim
Cabo CFTV (para câmeras)	Mesas de Ping Pong
Câmeras de segurança	Furadeira
Caixas de passagem	Lavadora alta pressão
HD 4Tb	Armário roupeiro
Fonte de 20 amperes	
Conectores bnc	
Conectores p4	
Cabos HDMI	
Marcador quadro branco	
Aparelhos de Telefone sem fio	

Nesta seara será aplicado o valor da seguinte forma R\$ 16.900,00 para custeio e R\$ 15.000,00 para capital. Sendo assim, os conselheiros, **DELIBERARAM** pela aprovação da lista de prioridades para uso dos recursos do Prêmio Excelência Educacional do Estado de SP que deverá ser encaminhada nos prazos legais. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião cuja ata, após ser lida e aprovada será assinada por mim, Marta Cristina Calori Galdino, secretária "ad hoc" e pelo Senhor Diretor Gilberto Abreu de Oliveira e os demais presentes. Fernandópolis - SP, 29 de julho de 2025.

Gilberto Abreu de Oliveira
Portaria 16.375 de 11/04/2016
CPF 008.486.801-54
Diretor de Escola

Marta Cristina Calori Galdino
Portaria 22.234 de 24/01/2025
CPF 260.335.878-20
Assessora de Direção



4B - IVONETE 2X4TB
2 unidades cada 1X2TB


formação continuada para os profissionais da educação. Igualmente, considerando-se o referido dispositivo legal, informou que fica vedada a utilização dos recursos para: 1 - Pagamento de despesas com pessoal de qualquer natureza; 2 - Contratação de serviços envolvendo servidores públicos; 3 - Festividades ou comemorações não relacionadas diretamente ao ensino; 4 - Aluguel de imóveis; 5- Pagamento de multas, juros, encargos ou taxas administrativas. Foram elencadas as necessidades da Unidade Escolar, visando a melhoria de seu atendimento, com fulcro na aprendizagem significativa e infraestrutura adequadas. Após, foi aberta a plenária para as manifestações de todos os presentes, sendo elencados os seguintes itens a serem adquiridos: aparelho DVR com 32 canais; aparelho DVR com 16 canais; fontes para DVR; HDs para DVR; 48 câmeras de segurança; cabos e conectores para câmeras; ares-condicionados de 24.000 BTUs; fechadura eletrônica; impressoras multifuncionais; aparelho Access Point; kit de som profissional com caixas, mesa de 12 canais, pedestal e microfone sem fio; purificador de água; encadernadora de papeis; guilhotina e jogos pedagógicos. Nessa seara, será aplicado o montante na seguinte conformidade: R\$ 23.700,00 (vinte e três mil e setecentos reais) em capital e R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) em custeio e ainda, todo o processo de aquisição dos itens ficará a cargo da SME - Secretaria Municipal de Educação/ Prefeitura Municipal de Fernandópolis. Os membros presentes aprovaram por unanimidade a proposta apresentada. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Fernandópolis/ SP, aos 04 de agosto de 2025.

assinatura do

NOME COMPLETO	ASSINATURA
Ademir Couto Ângelo	<i>Ademir Couto Ângelo</i>
Alessandra Marcelino da Silva Ramos	<i>Alessandra Marcelino da Silva Ramos</i>
Cássia Cristina Vieira Cunha	<i>Cássia C. V. Cunha</i>
Dieniffer Carla Barbosa de Aguiar	<i>Dieniffer Carla Barbosa de Aguiar</i>
Giseli Toledo Fávaro	<i>Giseli Toledo Fávaro</i>
Giuliana Vilar	<i>Giuliana Vilar</i>
Jonathas Pelais de Oliveira	<i>Jonathas P. de Oliveira</i>
José Villa Penharbel Júnior	<i>José V. P. Jr.</i>
Keysa Katieri Garcia Secatti	<i>Keysa K. Secatti</i>
Luciana Aparecida dos Santos Miranda	<i>Luciana Aparecida dos Santos Miranda</i>
Márcia Ferreira Ramos	<i>Márcia Ferreira Ramos</i>
Maria Clara Gonçalves	<i>Maria Clara Gonçalves</i>
Mary Silvia Oliveira Codinhoto	<i>Mary S. O. Codinhoto</i>





Estando todos) de acordo e não havendo nada mais a tratar, eu Hugo Fernando Capobianco, , secretario ad-hoc da secretariei e redigi a presente ata, que segue assinada por mim, pelos demais membros presentes.

Fernandópolis, data supra.

~~Albino~~
Mário Eusebio L Gh
Luís Ferreira Pereira Mendes

Beck

Elaine Collson

Valerigolo

Rinalda E. C. Passeti

Gammzucht

Albina

Eleonora De Marchi Donelli

Freedom

Elizangela Maria Lamin Pereira

Rosemeire Galvão Trevizan

Carina Aparecida Anellor Machado
Luciano Viano

EMEF " JOSÉ ZANTEDESCHI "

Av. Aldo Livoratti nº 3555- Residencial Benez
Tel.: (17)3442 3765 - CEP 15604-082 Fernandópolis
E-mail: secretariazantedeschi@gmail.com

ZANTEDESCHI
 YMEF "JOË ZANTEDESCH"
 PREFECTURA DE BERNARDOR

ATA Nº 007/2025 – ASSEMBLEIA GERAL DO CONSELHO DE ESCOLA DA EMEF ANTÔNIO MAURÍCIO DA SILVA PARA DELIBERAR À RESPEITO DO USO DO PRÊMIO DE EXCELÊNCIA EDUCACIONAL 2025.

Aos quatro dias do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco (04/08/2025), às dezessete horas, tendo como local a sala de reuniões da unidade, reuniram-se em Assembleia Geral os membros do Conselho de escola da unidade, para apreciação e posterior aprovação da demanda para uso da verba da premiação de excelência educacional a qual a unidade tem direito, conforme a Resolução SEDUC nº 103, de 26 de novembro de 2024, que institui o Prêmio Excelência Educacional e dá providências. Eu Junior Cesar Martins Munhoz, diretor desta unidade escolar iniciei a reunião frisando que a verba de R\$ 28.300,00 a que temos direito deverá ser usada para aquisição de bens duráveis, bens de consumo, contratação de serviços para manutenção de instalações físicas, de equipamentos escolares e desenvolvimento de atividades pedagógicas, de pesquisa e de formação continuada para profissionais da educação. Após isto, passei a palavra a quem quisesse se manifestar e várias ideias foram surgindo. Ficou acordado que a verba será usada na seguinte forma: R\$ 25.500,00 em capital e R\$ 2.800,00 em custeio, conforme a tabela a seguir:

ORDEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	Smart tv Led de 58" ou 60", com sistema Android, 4k, uhd	11 unidades
02	Suporte articulado para Tv 58" ou 60" Led	11 unidades
03	Cabo de rede	400 metros
04	E.V.A. cores: Preto, Branco, Azul claro e escuro, Verde claro e escuro, Amarelo, Vermelho, Laranja, Rosa claro e escuro, marrom	40 folhas de cada cor
05	T.N.T. Cores: Preto, Branco, Azul claro e escuro, Verde claro e escuro, Amarelo, Vermelho, Laranja, Rosa claro e escuro, marrom	01 rolo de cada cor

Sem mais a acrescentar, agradei a presença de todos, lavrei a presente ata que segue assinada por todos os presentes à Secretaria Municipal de Educação de Fernandópolis, para as providências necessárias.

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

Fernandópolis, 04 de agosto de 2025.

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]





Decreto nº 12.983, de 15/12/1978

Decreto nº 48.408 de 06/01/2004

Decreto nº 50.756 de 03/05/2006

Decreto nº 65.298 de 18/11/2020.

ATA Nº 01 - REUNIÃO ORDINÁRIA PARA DIVULGAÇÃO DO RECEBIMENTO DE RECURSOS DO PRÊMIO EXCELÊNCIA EDUCACIONAL (IEE) E ELABORAÇÃO DA PROJEÇÃO DE ACORDO COM A SEDUC Nº103, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2024

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco (05/08/2025), às dezesseis horas, nas dependências da sala dos professores da Escola Municipal de Ensino Fundamental "João Garcia Andreo", situada no município de Fernandópolis/SP, realizou-se Assembleia Geral da Associação de Pais e Mestres (APM), devidamente convocada para tratar da seguinte pauta: tomar ciência dos recursos financeiros recebidos por meio do Prêmio Excelência Educacional, bem como proceder à elaboração da projeção de aplicação dos referidos recursos, conforme as diretrizes estabelecidas pela Resolução SEDUC nº 103, de 26 de novembro de 2024.

A reunião foi aberta pelo Diretor da unidade escolar, Sr. André Luiz Lemos de Oliveira, que deu as boas-vindas aos presentes, agradeceu a participação de todos e ressaltou a importância da reunião para garantir a gestão democrática, transparente e participativa dos recursos públicos destinados à melhoria da qualidade da educação.

Na sequência, foram apresentados e discutidos os termos da Resolução SEDUC nº 103/2024, que orienta a correta aplicação dos recursos oriundos do Prêmio Excelência Educacional. Após análise das principais demandas da escola, os membros da APM deliberaram pela seguinte projeção de investimento, conforme discriminado na tabela abaixo. O montante total cedido de R\$18.600,00 (dezoito mil e seiscentos reais) foi projetado da seguinte maneira: R\$16.600,00 (dezesseis mil e seiscentos reais) para a capital/aquisição de bens duráveis e equipamentos equivalente à aproximadamente 89,25% e R\$2.000,00 (dois mil reais) de custeio/serviço de pessoa jurídica equivalente à aproximadamente 10,75%

QUANTIDADE	CATEGORIA ECONÔMICA	DESCRIÇÃO
02	Capital	Kit com 5 lixeiras de coleta seletiva de 60 litros



Decreto nº 12.983, de 15/12/1978
Decreto nº 48.408 de 06/01/2004
Decreto nº 50.756 de 03/05/2006
Decreto nº 65.298 de 18/11/2020.

01	Capital	Carrinho de limpeza profissional funcional
01	Capital	Impressora multifuncional com jato de tinta tank
01	Capital	Purificador de água com sistema de filtragem e refrigeração
01	Capital	Bebedouro Industrial – 03 torneira – 100 litros
01	Capital	Smart TV 58 ou 60 polegadas
01	Custeio	Confecção/manutenção de painel de identificação, adesivo blackout digital
01	Custeio	Confecção e instalação de painel de identificação, em quadro de metalão, acabamento com borda, lona com impressão digital

Em seguida, o Presidente do Conselho Deliberativo comunicou que todas as decisões desta assembleia constam da presente ata, a qual será **disponibilizada em local de fácil acesso** na unidade escolar, garantindo ampla transparência e o direito à informação por parte de toda a comunidade escolar.





MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS

RUA PORTO ALEGRE, Nº 350 - JARDIM SANTA RITA - CNPJ: 47.842.836/0001-05

FERNANDÓPOLIS/SP - CEP 15.610-024

FONE: (17) 3465-0150



CÓDIGO DE ACESSO

6BE270E0C94C4A63B18F2855FCC44738

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

- ✓ Assinante: MARIANE LANINI BERGAMINI em 19/06/2026 09:14:01
CPF:***.***-658-65
Certificadora: MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS - ROOT
- ✓ Assinante: MARIA CRISTINA TOMAZ CANADA em 19/06/2026 10:06:24
CPF:***.***-968-71
Certificadora: MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://fernandopolis.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/6BE270E0C94C4A63B18F2855FCC44738>





	páginas coloridas por conjunto de tintas, alimentação elétrica bivolt automática e garantia mínima de 12 meses.					
3	ENCADERNADORA DE PAPEL – CAPACIDADE 20 FLS Características: <ul style="list-style-type: none">- Perfura até 20 folhas de 75g;- Quantidade de furos: 60;- Comprimento máximo de perfuração: 360 mm;- Diâmetro das punções: 4,0 mm;- Passo: 6,0 mm;- Tamanho total da base: 405 x 405 mm;- Área útil frontal da base: 290 x 400 mm;- Acionamento: alavanca;- Tampo com pintura eletrostática;- Punções e matriz em aço temperado;- Apoio de borracha para maior aderência.	359574	UND	1	783,10	783,10
4	GUILHOTINA MANUAL PARA PAPEL OFÍCIO 36CM EM AÇO PARA 20 FOLHAS Características: <ul style="list-style-type: none">- Área de corte 360 mm (corta até o tamanho ofício) ou superior;- Área da mesa 340 x 393 mm ou superior;- Capacidade de corte: até 20 folhas de papel (de 75g/m² cada);- Mecanismo de corte: manual;- Facão afiado;- Base de corte sólida pintada eletrostaticamente;- Indicador de medida milimétrica.	327908	UND	1	217,00	217,00
5	KIT LIXEIRA SELETIVA Kit de lixeiras para coleta seletiva, composto por 5 unidades, com capacidade mínima de 60 litros cada, fabricadas em material plástico resistente (polietileno ou similar), com suporte/estrutura para fixação ou acomodação conjunta, identificadas por cores padrão da coleta seletiva (azul, vermelho, verde, amarelo e marrom ou cinza), destinadas à separação de resíduos	368120	CJ	2	599,95	1.199,90





6	CARRINHO DE LIMPEZA PROFISSIONAL FUNCIONAL Carro/ Carrinho funcional completo. Fabricado em polipropileno. Incluso saco de vinil com capacidade mínima para 90 Litros. Medidas aproximadas: Carro:120 x 46 x 100 cm (CxLxA). Acessórios: um balde espremedor de no mínimo 24 Litros; uma pá plástica para lixo; uma placa de sinalização de piso molhado; um conjunto MOP pó de no mínimo 60cm com cabo em alumínio; um conjunto MOP úmido de no mínimo 320 g com cabo em alumínio. Garantia mínima de 12 (doze meses) IMAGEM SIMILAR AO QUE SE PRETENDE ADQUIRIR 	330346	UND	1	1.099,00	1.099,00
7	HD 4TB Disco rígido (HD) para sistemas de CFTV, novo, de primeiro uso e em linha de fabricação, com capacidade mínima de 4 TB, projetado especificamente para operação contínua 24 horas por dia, 7 dias por semana (24/7), compatível com gravadores DVR/NVR, interface SATA III (6 Gb/s) ou superior, rotação e cache adequados para gravação simultânea de múltiplos canais de vídeo, tecnologia otimizada para streaming de vídeo e gravação contínua, baixa taxa de falhas, controle de vibração e ruído, compatível com sistemas de vigilância por longo período, atendendo às normas técnicas aplicáveis, e garantia mínima de 12 meses	464719	UND	1	795,00	795,00



8	TELEFONE SEM FIO Aparelho telefônico de mesa, sem fio. Funções: Flash, Redial, Rediscar/Mute/Mudo. Cor preta, mínimo 3 níveis de campainha.	465497	UND	1	136,24	136,24
9	MICROFONE S/ FIO Microfone Tipo: Sem Fio, Alimentação: Pilha, Resposta Frequência: 60hz - 18 KHZ, Alcance: 50 M, Aplicação: Auditório.	469422	UND	1	459,00	459,00
10	FURADEIRA Furadeira, martetele e parafusadeira elétrica, 750 w ou superior, com acessórios. (Brocas e chaves compatíveis); tensão de alimentação: 127, garantia mínima de 12 meses; diâmetro mandril 3/4"	600708	UND	1	546,49	546,49
11	VÍDEO PORTEIRO COM FECHADURA ELETRÔNICA - 3 peças, voltagem 127/220, 1 botão, câmera externa com visão noturna, monitor mínimo 7 polegadas, viva voz, com sistema de acionamento de fechadura, auto falante, visor tela a cor.	480668	UND	1	1.650,00	1.650,00
12	CAIXA ACÚSTICA ATIVA <ul style="list-style-type: none"> Tipo: Ativa (amplificada) Potência mínima: 300 W RMS Alto-falante: 15 polegadas (graves) Driver: Titânio para altas frequências Resposta de frequência: Compatível com uso profissional Equalização: Mínimo 3 vias Recursos: <ul style="list-style-type: none"> Compressor/limitador interno Controle de volume independente Entradas: <ul style="list-style-type: none"> XLR e P10 (microfone/linha) Entrada auxiliar estéreo Saídas: <ul style="list-style-type: none"> Saída de linha Saída amplificada para caixa passiva compatível Alimentação: Bivolt automático (127/220 V) Gabinete: 	620906	UND	2	1.700,00	3.400,00



	<ul style="list-style-type: none">➤ Material resistente (plástico injetado ou madeira)➤ Alças para transporte➤ Encaixe para pedestal (35 mm)					
13	CAIXA ACÚSTICA PASSIVA <ul style="list-style-type: none">• Tipo: Passiva• Potência mínima: 150 W RMS• Alto-falante: 15 polegadas• Driver de altas frequências• Impedância: Compatível com a caixa ativa (4 ou 8 ohms)• Conexões: Speakon e/ou P10• Gabinete resistente• Encaixe para pedestal	613778	UND	2	1.100,00	2.200,00
14	MESA DE SOM <ul style="list-style-type: none">• Tipo: Analógica• Canais: Mínimo 12 canais• Entradas:<ul style="list-style-type: none">➤ XLR (microfone)➤ P10 (linha)• Controles:<ul style="list-style-type: none">➤ Ganho individual por canal➤ Equalização de 3 vias por canal.• Recursos:<ul style="list-style-type: none">➤ Phantom Power 48V➤ Saída principal estéreo➤ Saída de monitor➤ Saída para fones• Interface:<ul style="list-style-type: none">➤ USB (gravação/reprodução)➤ Bluetooth integrado➤ Entrada USB (pen drive) Rádio FM (opcional)• Alimentação: Bivolt automático	231654	UND	2	1.229,93	2.459,86





15	SISTEMA DE MICROFONES SEM FIO <ul style="list-style-type: none">• Tipo: Sistema duplo (2 microfones)• Microfones:<ul style="list-style-type: none">➢ 02 microfones de mão dinâmicos• Transmissão:<ul style="list-style-type: none">➢ Frequência: UHF ou superior➢ Alcance mínimo: 50 metros• Receptor:<ul style="list-style-type: none">➢ Antenas externas➢ Saídas: XLR e/ou P10• Resposta de frequência: Compatível com voz• Alimentação:<ul style="list-style-type: none">➢ Microfones: pilhas AA ou baterias recarregáveis➢ Receptor: fonte bivolt automática <p>Os microfones deverão utilizar pilhas AA ou baterias recarregáveis equivalentes, de fácil aquisição no mercado nacional.</p>	627819	UND	2	478,64	957,28
16	PEDESTAIS PARA CAIXAS <ul style="list-style-type: none">• Quantidade: 02 unidades• Material: Metálico (aço/ferro)• Altura regulável• Sistema de travamento de segurança• Capacidade compatível com caixas de 15"• Padrão de encaixe: 35 mm	229527	UND	4	139,71	558,84

1.2. Os documentos auxiliares e os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços de referência, nos termos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, constam no Estudo Técnico Preliminar.

1.3 Classificação do Objeto

1.3.1 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4 Prazo de Vigência

1.4.1 O prazo de vigência do contrato será de 3 (três) meses, contados da data de sua assinatura.

1.4.2 A vigência contratual perdurará até a completa execução de seu objeto, compreendendo a entrega dos bens contratados, o recebimento definitivo pela Administração, a realização do respectivo pagamento e a conclusão dos demais procedimentos administrativos correlatos, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.





4.2 Indicação de Marca

4.2.1 Na presente contratação não será indicado marcas ou modelos específicos, de acordo com as justificativas contidas no Estudo Técnico Preliminar.

4.3 Vedação de Marca

4.3.1 Na presente contratação não será vedado marcas ou modelos específicos, de acordo com as justificativas contidas no Estudo Técnico Preliminar.

4.4 Subcontratação

4.4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.5 Garantia da Contratação

4.5.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6 Reserva de Cotas para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

4.6.1 Esta licitação será destinada exclusivamente à participação de microempresas (ME's) e empresas de pequeno porte (EPP's), pois o valor total estimado da contratação é inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

4.7 Compatibilidade dos itens do GRUPO 01

4.7.1 Os itens que compõem o Grupo 1 (Sistema de Sonorização) deverão apresentar compatibilidade técnica e operacional entre si, de modo a assegurar o funcionamento integrado do sistema. A contratada será integralmente responsável pela adequada interoperabilidade entre os equipamentos fornecidos, não sendo admitida a entrega de componentes incompatíveis.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Condições de Entrega

5.1.1 O prazo de entrega dos bens será de 15 (quinze) dias, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento, devendo a entrega ocorrer em remessa única, ponto a ponto nos seguintes endereços:

ITEM	QUANTIDADE E ESCOLA	ENDEREÇO DE ENTREGA
Suporte articulado para TV (ITEM 1)	11 unidades para a EMEF Antônio Maurício da Silva	Av. Getúlio Vargas, 351 - São Judas Tadeu, Fernandópolis / SP- CEP: 15.606-048.





Suporte articulado para TV (ITEM 1)	18 unidades para EMEF Coronel Francisco Arnaldo da Silva	Avenida Milton Terra Verdi, nº 732, Fernandópolis/SP- CEP: 15.600-023.
Impressora Multifuncional (ITEM 2)	01 unidade para João Garcia Andreo	R. Francisco Arnaldo da Silva, 668 - Jardim Bela Vista, Fernandópolis - SP, 15612-024
Impressora Multifuncional (ITEM 2)	02 unidades para EMEF Prof. Ivonete Amaral da Silva Rosa	Av. Presidente Castelo Branco, 1081 – Parque São Bernardo, Fernandópolis/SP- CEP: 15.603-312
Encadernadora de papel (ITEM 3)	EMEF Prof. Ivonete Amaral da Silva Rosa	Av. Presidente Castelo Branco, 1081 – Parque São Bernardo, Fernandópolis/SP- CEP: 15.603-312
Guilhotina manual para papel (ITEM 4)	EMEF Prof. Ivonete Amaral da Silva Rosa	Av. Presidente Castelo Branco, 1081 – Parque São Bernardo, Fernandópolis/SP- CEP: 15.603-312
Kit lixeira seletiva (ITEM 5)	EMEF João Garcia Andreo	R. Francisco Arnaldo da Silva, 668 - Jardim Bela Vista, Fernandópolis - SP, 15612-024
Carrinho de Limpeza (ITEM 6)	EMEF João Garcia Andreo	R. Francisco Arnaldo da Silva, 668 - Jardim Bela Vista, Fernandópolis - SP, 15612-024
HD 4TB (ITEM 7)	EMEF José Gaspar Ruas	R. Adelpho Quaiotti, 476 - Jardim Rosa Amarela, Fernandópolis / SP, CEP: 15.600-418.
Telefone sem fio (ITEM 8)	EMEF José Gaspar Ruas	R. Adelpho Quaiotti, 476 - Jardim Rosa Amarela, Fernandópolis / SP, CEP: 15.600-418.
Microfone sem fio (ITEM 9)	EMEF José Gaspar Ruas	R. Adelpho Quaiotti, 476 - Jardim Rosa Amarela, Fernandópolis / SP, CEP: 15.600-418.
Furadeira (ITEM 10)	EMEF José Gaspar Ruas	R. Adelpho Quaiotti, 476 - Jardim Rosa Amarela, Fernandópolis / SP, CEP: 15.600-418.





Vídeo porteiro com fechadura eletrônica (ITEM 11)	EMEF Prof. Ivonete Amaral da Silva Rosa	Av. Presidente Castelo Branco, 1081 – Parque São Bernardo, Fernandópolis/SP- CEP: 15.603-312
Sistema de sonorização profissional (GRUPO 01- itens 1 a 5)	EMEF Prof. Ivonete Amaral da Silva Rosa	Av. Presidente Castelo Branco, 1081 – Parque São Bernardo, Fernandópolis/SP- CEP: 15.603-312
Sistema de sonorização profissional (GRUPO 01- item 1 a 5)	EMEF José Zantedeschi	Avenida Aldo Livorati, 3555 - Residencial Benez - Fernandópolis/SP -CEP: 15604-082

5.2 Garantia do Produto

5.2.1 Para os itens 2, 6, 7 e 10, será exigida **garantia mínima de 12 (doze) meses**, contados a partir do recebimento definitivo, abrangendo defeitos de fabricação e funcionamento, com substituição ou reparo sem ônus para a Administração.

5.2.2 Para os demais itens não contemplados com garantia contratual específica, será aplicada a **garantia legal mínima de 90 (noventa) dias**, conforme previsto no Código de Defesa do Consumidor.

5.2.3. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.2.4. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.2.5. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.2.6. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.2.7. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.2.8. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 5(cinco) dias úteis, contados a partir da data de





retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.2.9. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.2.10. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.2.11. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.2.12. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.2.13. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre a Prefeitura de Fernandópolis e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A Prefeitura de Fernandópolis poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.





imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da Ordem de Fornecimento do Bem, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração.

6.16.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela Câmara Permanente Processante de Apuração de Responsabilidade Contratual – CPPARC.

6.16.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. Enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato.





- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- c) Der causa à inexecução total do contrato.
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do 7.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando houver.

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.





7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada (quando houver) ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no COMPRAS.GOV.BR serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

7.9.2. As peculiaridades do caso concreto.





7.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

7.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante.

7.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.





8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05(cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.8. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.10.1. O prazo de validade.

8.10.2. A data da emissão.

8.10.3. Os dados do contrato e do órgão contratante.





8.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC/IBGE de correção monetária.

Forma de Pagamento

8.20. Pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.23. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.24. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de Pagamento

8.25. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Reajuste

8.26. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 09/04/2026.

8.27. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INPC/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.28. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.





9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme regulamentação do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração – DREI.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.14. O objeto social constante do contrato ou estatuto social da empresa deverá guardar compatibilidade com o objeto da contratação, sendo vedada a habilitação de empresa cujo objeto social seja manifestamente incompatível, admitindo-se a compatibilidade por afinidade ou correlação, desde que comprovada a capacidade para execução do objeto.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.





9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.21. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de débitos relativos aos tributos estaduais.

9.22. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de débitos relativos aos tributos municipais.

9.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.25. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

Qualificação Econômico-Financeira

9.26. Certidão Negativa de falência (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

Exigência de Amostra

9.27. Para esta contratação será não será exigida amostra dos itens desta contratação.

Exigências de Catálogos Específicos

9.28 Para esta contratação NÃO SERÁ EXIGIDA CATÁLOGOS ESPECÍFICOS, por causa de o Catálogo Eletrônico de Padronização já fornecer informações detalhadas e suficientes sobre as especificações técnicas, padrões de desempenho e dimensões do item, permitindo a avaliação completa da proposta sem a necessidade de documentos gráficos ou adicionais do licitante.

Disposições Gerais sobre Habilitação

9.29. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.





MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS

RUA PORTO ALEGRE, Nº 350 - JARDIM SANTA RITA - CNPJ: 47.842.836/0001-05

FERNANDÓPOLIS/SP - CEP 15.610-024

FONE: (17) 3465-0150



CÓDIGO DE ACESSO

451E5990D9F64F65AAA05113F38323CA

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas



Assinante: ROSICLEIDE COSTA SCAPIM DA FONSECA CAROSIO em 19/06/2026 14:54:50

CPF:***.***-308-79

Certificadora: MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://fernandopolis.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/451E5990D9F64F65AAA05113F38323CA>



ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO Nº XX/XXXX

A **PREFEITURA DE FERNANDÓPOLIS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 47.842.836/0001-05, sediada à Rua Porto Alegre, nº 350, Jd. Santa Rita, Fernandópolis/SP, neste instrumento representada pelo Prefeito Municipal, Sr. João Paulo Sales Cantarella, nomeado em 01 de janeiro de 2025 pelo Termo de Posse da Câmara Municipal de Fernandópolis para a Legislatura 2025/2028, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **XXXX**, CNPJ nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, com sede na **XXXX, Nº XX, Bairro: XXXX, XXXX/XX, CEP XXXXX-XXX, (XX) XXXXX-XXXX, Email: XXXX@XXX**, doravante designada **CONTRATADA**, neste instrumento representada por seu Representante Legal, Sr.(a) **XXX**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 2507/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na Lei Complementar Municipal nº262 de 04/04/2024 e demais legislação aplicável, **resolvem celebrar o presente Termo de Contrato**, decorrente do Pregão Eletrônico nº 041/2026 mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a “AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS ÀS UNIDADES ESCOLARES, COM RECURSOS PROVENIENTES DO PRÊMIO EXCELÊNCIA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – DEMANDA: 094490”, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO DO ITEM	VALOR TOTAL DO ITEM
1	XXXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX
2	XXXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX
...

Documentos Integrantes do Contrato

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência.

1.3.2. O Edital da Licitação.

1.3.3. A Proposta do contratado.

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência do contrato será de 3 (três) meses, contados da data de sua assinatura.

2.2. A vigência contratual perdurará até a completa execução de seu objeto, compreendendo a entrega dos bens contratados, o recebimento definitivo pela Administração, a realização do respectivo pagamento e a conclusão dos demais procedimentos administrativos correlatos, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

2.3. Não haverá prorrogação sucessiva da vigência contratual, admitindo-se, excepcionalmente, sua prorrogação quando necessária à conclusão do objeto e desde que devidamente justificada, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

2.4. Não haverá prorrogação sucessiva da vigência contratual, admitindo-se, excepcionalmente, sua prorrogação quando necessária à conclusão do objeto e desde que devidamente justificada, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

2.5. O prazo poderá ser prorrogado por prazo determinado, mediante termo aditivo, nas hipóteses do art. 109 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação do art. 111.

2.6. Aplicam-se as restrições legais quanto à prorrogação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DA SUBCONTRATAÇÃO

3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4. CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO

4.1. O valor total da contratação é de R\$ **XXX,XX (XXX).**

5. CLÁUSULA QUINTA: DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Condições de Entrega

5.1.1 O prazo de entrega dos bens será de 15 (quinze) dias, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento, devendo a entrega ocorrer em remessa única, ponto a ponto nos seguintes endereços:

ITEM	QUANTIDADE E ESCOLA	ENDEREÇO DE ENTREGA
Suporte articulado para TV (ITEM 1)	11 unidades para a EMEF Antônio Maurício da Silva	Av. Getúlio Vargas, 351 - São Judas Tadeu, Fernandópolis / SP- CEP: 15.606-048.
Suporte articulado para TV (ITEM 1)	18 unidades para EMEF Coronel Francisco Arnaldo da Silva	Avenida Milton Terra Verdi, nº 732, Fernandópolis/SP- CEP: 15.600-023.
Impressora Multifuncional (ITEM 2)	01 unidade para João Garcia Andreo	R. Francisco Arnaldo da Silva, 668 - Jardim Bela Vista, Fernandópolis - SP, 15612-024
Impressora Multifuncional (ITEM 2)	02 unidades para EMEF Prof. Ivonete Amaral da Silva Rosa	Av. Presidente Castelo Branco, 1081 – Parque São Bernardo, Fernandópolis/SP- CEP: 15.603-312
Encadernadora de papel (ITEM 3)	EMEF Prof. Ivonete Amaral da Silva Rosa	Av. Presidente Castelo Branco, 1081 – Parque São Bernardo, Fernandópolis/SP- CEP: 15.603-312
Guilhotina manual para papel (ITEM 4)	EMEF Prof. Ivonete Amaral da Silva Rosa	Av. Presidente Castelo Branco, 1081 – Parque São Bernardo, Fernandópolis/SP- CEP: 15.603-312
Kit lixeira seletiva (ITEM 5)	EMEF João Garcia Andreo	R. Francisco Arnaldo da Silva, 668 - Jardim Bela Vista, Fernandópolis - SP, 15612-024
Carrinho de Limpeza (ITEM 6)	EMEF João Garcia Andreo	R. Francisco Arnaldo da Silva, 668 - Jardim Bela Vista, Fernandópolis - SP, 15612-024

HD 4TB (ITEM 7)	EMEF José Gaspar Ruas	R. Adelpho Quaiotti, 476 - Jardim Rosa Amarela, Fernandópolis / SP, CEP: 15.600-418.
Telefone sem fio (ITEM 8)	EMEF José Gaspar Ruas	R. Adelpho Quaiotti, 476 - Jardim Rosa Amarela, Fernandópolis / SP, CEP: 15.600-418.
Microfone sem fio (ITEM 9)	EMEF José Gaspar Ruas	R. Adelpho Quaiotti, 476 - Jardim Rosa Amarela, Fernandópolis / SP, CEP: 15.600-418.
Furadeira (ITEM 10)	EMEF José Gaspar Ruas	R. Adelpho Quaiotti, 476 - Jardim Rosa Amarela, Fernandópolis / SP, CEP: 15.600-418.
Vídeo porteiro com fechadura eletrônica (ITEM 11)	EMEF Prof. Ivonete Amaral da Silva Rosa	Av. Presidente Castelo Branco, 1081 – Parque São Bernardo, Fernandópolis/SP- CEP: 15.603-312
Sistema de sonorização profissional (GRUPO 01- itens 1 a 5)	EMEF Prof. Ivonete Amaral da Silva Rosa	Av. Presidente Castelo Branco, 1081 – Parque São Bernardo, Fernandópolis/SP- CEP: 15.603-312
Sistema de sonorização profissional (GRUPO 01- item 1 a 5)	EMEF José Zantedeschi	Avenida Aldo Livorati, 3555 - Residencial Benez - Fernandópolis/SP -CEP: 15604-082

5.2 Garantia do Produto

5.2.1 Para os itens 2, 6, 7 e 10, será exigida **garantia mínima de 12 (doze) meses**, contados a partir do recebimento definitivo, abrangendo defeitos de fabricação e funcionamento, com substituição ou reparo sem ônus para a Administração.

5.2.2 Para os demais itens não contemplados com garantia contratual específica, será aplicada a **garantia legal mínima de 90 (noventa) dias**, conforme previsto no Código de Defesa do Consumidor.

5.2.3. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.2.4. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.2.5. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.2.6. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.2.7. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.2.8. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 5(cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.2.9. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.2.10. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.2.11. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.2.12. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.2.13. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. CLÁUSULA SEXTA: DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre a Prefeitura de Fernandópolis e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A Prefeitura de Fernandópolis poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente (Pedido de Empenho), a Prefeitura de Fernandópolis poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.13. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da Ordem de Fornecimento do Bem, do registro de ocorrências,

das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração.

6.16.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela Câmara Permanente Processante de Apuração de Responsabilidade Contratual – CPPARC.

6.16.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. Enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA: DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato.
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- c) Der causa à inexecução total do contrato.

- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do 7.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando houver.

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada (quando houver) ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no COMPRAS.GOV.BR serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

7.9.2. As peculiaridades do caso concreto.

7.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

7.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante.

7.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

8. CLÁUSULA OITAVA: DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05(cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.8. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.10.1. O prazo de validade.

8.10.2. A data da emissão.

8.10.3. Os dados do contrato e do órgão contratante.

8.10.4. O período respectivo de execução do contrato.

8.10.5. O valor a pagar.

8.10.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

8.13. A Administração deverá realizar consulta para:

8.13.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas.

8.13.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.14. Constatando-se a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua

situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Setor Demandante comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação de habilitação.

Prazo de Pagamento

8.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC/IBGE de correção monetária.

Forma de Pagamento

8.20. Pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.23. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.24. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos

e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de Pagamento

8.25. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

9. CLÁUSULA NONA: DO REAJUSTE

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 09/04/2026.

9.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INPC/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

10. CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 10.1. São obrigações do Contratante:
- 10.2. Exigir do Contratado o integral cumprimento das obrigações assumidas no presente Contrato, no edital e em seus anexos.
- 10.3. Receber os bens no prazo, local e condições estabelecidos no Termo de Referência, observadas as regras de recebimento provisório e definitivo previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 10.4. Notificar o Contratado, por escrito, sempre que forem constatados vícios, defeitos, avarias, inconformidades técnicas ou quantidade divergente, para que proceda, às suas expensas, à substituição, correção, reparo ou complementação dos bens entregues.
- 10.5. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, verificando o cumprimento das obrigações assumidas pelo Contratado, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.6. Nas hipóteses de controvérsia quanto à conformidade dos bens entregues (dimensão, qualidade, quantidade), comunicar o Contratado para que emita Nota Fiscal referente à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento, nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.7. Efetuar o pagamento ao Contratado, no prazo, forma e condições previstas neste Contrato e no Termo de Referência, desde que atendidos os requisitos legais de liquidação da despesa.
- 10.8. Aplicar ao Contratado as penalidades previstas na legislação e neste Contrato, quando cabíveis.
- 10.9. Notificar a Câmara Permanente Processante de Apuração de Responsabilidade Contratual – CPPARC para adoção das medidas pertinentes sempre que houver descumprimento contratual.
- 10.10. Emitir decisão, de forma expressa, sobre todas as solicitações e reclamações do Contratado relacionadas à execução deste Contrato, excetuadas aquelas manifestamente impertinentes, protelatórias ou irrelevantes para a boa execução do ajuste.
- 10.10.1. A Administração decidirá sobre requerimentos no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do protocolo, admitida prorrogação motivada por igual período.
- 10.11. Responder a eventuais pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro formulados pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10.12. Notificar os emitentes das garantias apresentadas pelo Contratado sobre a instauração de processo administrativo para apuração de descumprimento contratual.

10.13. Comunicar ao Contratado quaisquer alterações que decorram de determinação administrativa ou de ajustamentos necessários ao cumprimento contratual, observados os limites do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

10.14. A Administração não responderá por compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, nem por danos causados a terceiros em razão de atos do Contratado, seus empregados, prepostos ou representantes.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1. O Contratado deverá cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da perfeita entrega dos bens, observados os prazos, especificações e condições estabelecidas.

11.2. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo durante a execução contratual, especialmente para fins de comunicação e recebimento de notificações.

11.3. A Administração poderá recusar a indicação ou manutenção do preposto, desde que justificadamente, devendo o Contratado proceder à imediata substituição.

11.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, prestando todos os esclarecimentos e informações solicitados.

11.5. Entregar os bens de acordo com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência e da proposta vencedora, em perfeitas condições de funcionamento, qualidade e segurança, observando-se a legislação aplicável e as normas técnicas pertinentes.

11.6. Reparar, corrigir, substituir ou recolher, às suas expensas e no prazo fixado pelo fiscal do contrato, quaisquer bens entregues com vícios, defeitos, inadequações ou desconformidades com as especificações contratadas.

11.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos bens fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como por qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não afastando tal responsabilidade o acompanhamento ou fiscalização do Contratante. A Administração

poderá descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, quando exigida, valores correspondentes aos danos apurados.

11.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

11.9. Quando não for possível à Administração verificar eletronicamente a regularidade do contratado, este deverá apresentar ao setor responsável pela fiscalização os documentos exigidos no Termo de Referência, devidamente válidos e atualizados durante toda a vigência contratual.

11.10. Manter a regularidade fiscal, previdenciária, trabalhista e demais condições exigidas na fase de habilitação, durante toda a vigência contratual, nos termos do art. 63 da Lei nº 14.133/2021.

11.11. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência que possa comprometer o cumprimento contratual, como atraso na entrega por caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

11.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Administração, garantindo aos seus prepostos acesso aos documentos essenciais relacionados ao fornecimento.

11.13. Suspender a entrega dos bens quando houver determinação expressa do Contratante, especialmente quando houver risco de entrega em desacordo com as especificações ou com potencial de causar prejuízo à Administração.

11.14. Promover a guarda e conservação dos bens até sua efetiva entrega à Administração, respondendo integralmente por perdas, danos, extravios, avarias ou deteriorações ocorridas antes do recebimento.

11.15. Realizar o transporte, manuseio e entrega dos bens de forma a garantir a integridade do material, em conformidade com as normas de segurança aplicáveis.

11.16. Submeter previamente ao Contratante, por escrito, qualquer solicitação de alteração de marca, modelo ou especificação, devidamente justificada, ficando sua aceitação condicionada à avaliação técnica e autorização expressa da Administração.

11.17. Não permitir a utilização de mão de obra em desconformidade com a legislação trabalhista, especialmente no que se refere à proibição de trabalho infantil e ao respeito às normas de saúde e segurança.

11.18. Manter durante toda a vigência contratual todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, conforme art. 55, XIII, da Lei nº 14.133/2021.

11.19. Cumprir a legislação referente à reserva de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitadas da Previdência Social, quando aplicável, nos termos do art. 116 da Lei nº 14.133/2021.

11.20. Comprovar, quando solicitado pelo fiscal do contrato, a efetiva observância das reservas de vagas previstas em lei, mediante apresentação dos documentos pertinentes.

11.21. Guardar sigilo sobre todas as informações às quais tiver acesso em decorrência da execução contratual.

11.22. Arcar com eventuais ônus decorrentes de erro na formulação de sua proposta, especialmente quanto ao dimensionamento dos custos e quantitativos necessários ao cumprimento integral das obrigações assumidas, exceto nas hipóteses do art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133/2021.

11.23. Cumprir, além das normas legais vigentes, todas as regras de segurança e procedimentos determinados pelo Contratante quando da entrega dos bens.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD

12.1. Somente serão divulgados os dados pessoais que sejam imprescindíveis ao interesse público, assim entendido como aquele que atende ao direito fundamental consagrado no inciso XXXIII do artigo 5º, conjugado com o artigo 37 da Constituição, ou seja, aquilo que é necessário e indispensável para o controle social da transparência pública.

12.2. No inciso V do art. 7º da LGPD há hipótese específica de tratamento de dados pessoais quando necessário à execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados.

12.3. O consentimento específico do titular é tácito, nesses casos, em decorrência da autonomia da vontade expressa no momento da realização do instrumento contratual,

ou seja, não sendo necessária nova previsão expressa para o tratamento decorrente do ato (art. 7º, inciso V, da LGPD).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações assumidas por ambas as partes, ainda que tal ocorra antes do término do prazo de vigência.

14.2. Caso as obrigações não sejam cumpridas no prazo contratual, a vigência poderá ser prorrogada exclusivamente para fins de conclusão do fornecimento, quando houver interesse da Administração e desde que presentes os requisitos legais para prorrogação.

14.3. Quando a não conclusão do fornecimento decorrer de culpa do Contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sujeitando-se à aplicação das sanções previstas em lei e neste contrato.

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato, adotando as medidas legais cabíveis para assegurar a continuidade do atendimento da necessidade administrativa, inclusive mediante contratação de remanescente, nova licitação ou outro meio admitido em lei.

14.4. O contrato poderá ser extinto antes do cumprimento integral das obrigações ou antes do término da vigência, nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como por acordo entre as partes, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.4.1. Nesses casos, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

14.4.2. A alteração social, transformação societária ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa não implicará extinção contratual se não comprometer sua capacidade de cumprir o objeto contratado.

14.4.2.1. Havendo mudança da pessoa jurídica contratada, a alteração subjetiva deverá ser formalizada mediante termo aditivo, observados os requisitos legais.

14.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

14.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

14.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e dos valores ainda devidos.

14.5.3. Apuração de eventuais indenizações, multas ou recomposições devidas.

14.6. A extinção do contrato não impede o reconhecimento de desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido durante sua execução, hipótese em que poderá ser concedida indenização mediante termo indenizatório, nos termos do art. 131 da Lei nº 14.133/2021.

14.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha atuado na licitação, na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que seja seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios do Município, consignados no Orçamento Geral vigente, devidamente aprovados pela Lei Orçamentária nº 5.683/2025.

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial da Prefeitura de Fernandópolis.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO

19.1. É eleito o Foro da Comarca de Fernandópolis, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Fernandópolis-SP, de de 20....

JOAO PAULO SALES CANTARELLA

Contratante



XXXXXX

Contratada

TESTEMUNHAS:

1. xxxx

2. xxxx





MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS

RUA PORTO ALEGRE, Nº 350 - JARDIM SANTA RITA - CNPJ: 47.842.836/0001-05

FERNANDOPOLIS/SP - CEP 15.610-024

FONE: (17) 3465-0150



CÓDIGO DE ACESSO

3F5A7E638A16403CB5B3C7200344357E

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://fernandopolis.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/3F5A7E638A16403CB5B3C7200344357E>